



ATA DA 191ª REUNIÃO PENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 19/07/2017, sob a presidência do Senhor Secretário Gilberto Natalini, realizou-se a 191ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte pauta:

Expediente:

1. Posse da senhora **Solange Silva Maia Jacobini** como Conselheira Titular representante da Secretaria Municipal de Justiça – SMJ.
2. Posse do senhor **Everton Simon Zadikian** como Conselheiro Suplente representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT.
3. Informes.
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição sobre o tema "O aplicativo "Descarte Bem - Construção e Utilização" pela Conselheira Cristina Antunes – 30 minutos.
2. Exposição sobre tema "O Catador Autônomo na Zona Leste de São Paulo, Experiências Exitosas, Catadores Saudáveis e Mais Catador" pela Conselheira Sueli Rodrigues– 30 minutos
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Secretário Gilberto Natalini - São 9:40h, e por respeito a quem cumpre o cronograma de horário, nós vamos iniciar a nossa 191ª reunião plenária ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, 19 de julho de 2017, quarta-feira, Edifício Martinelli. Não temos quórum de deliberação, para se houvesse a necessidade de alguma votação; mas, nós vamos começar assim mesmo porque a pauta tem que andar e as pessoas provavelmente



vão chegando. Eu passo a palavra o Edson Bueno, que é o Secretário Executivo para que possa dar continuidade à pauta.

Edson Bueno (Secretário Executivo) – Bom dia a todos e a todas. Antes de darmos início à pauta, informo que a ausência do Coordenador Geral do CADES, Sr. Ivan Cáceres, na reunião de hoje, 19/7, se justifica em razão de estar participando de evento da Associação de Agricultores na Zona Leste, tendo como pauta, das 9 às 12:00 horas visitas a hortas certificadas do Distrito de São Mateus, e, das 14 às 16h, no auditório da Prefeitura Regional de São Mateus, vai haver o lançamento da Organização de Controle Social, registrada no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como mecanismo de controle da qualidade orgânica; e também a entrega de certificado aos primeiros agricultores certificados orgânicos do Distrito de São Mateus. Informo, ainda, que as hortas e a produção de orgânicos contam com o apoio do Fundo Especial do Meio Ambiente, que é o FEMA, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Dando sequência à reunião, passamos para o primeiro ponto do expediente. Nós vamos dar **posse à Senhora Solange Silva Maia Jacobini, ali presente, como Conselheira titular, representante da Secretaria Municipal de Justiça.** A posse está acolhida; considere-se empossada; e seja muito bem-vinda. Como segundo ponto do expediente a posse do **Senhor Everton Simon Zadikian, como Conselheiro Suplente representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT da Secretaria do Verde,** aqui presente. A posse está acolhida; considere-se empossado e seja muito bem-vindo. Passamos agora para o terceiro ponto da pauta que são os informes. Informamos que, conforme edital publicado em Diário Oficial acha-se aberto o cadastramento na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, de organizações da sociedade civil com atuação em ações ambientais, interessadas em participarem da eleição do CONFEMA. As inscrições estarão abertas até o dia 4 de agosto de 2017. As organizações interessadas deverão se cadastrar ou atualizar seus dados para participarem da Assembleia que elegerá as representantes no CONFEMA. A Assembleia para eleição será realizada no dia 11 de agosto de 2017, às 18:30h, na sala de reuniões situada à Rua do Paraíso 387, 11º andar. Mais informações podem ser obtidas através do telefone 5187-0303. Passemos agora ao quarto ponto da pauta. Sugestões para a



pauta desta reunião. Alguém tem alguma sugestão para hoje? Nós iremos fazer a seguinte sugestão. Propomos, como inclusão, a apresentação sobre o Relatório de Sustentabilidade da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente como ferramenta de transparência e direcionadora de políticas públicas. Tudo bem? Célia Marcondes, por favor.

Cons. Celia Marcondes - Eu gostaria de sugerir ao Secretário Natalini a, a explicação sobre a transação do Parque Augusta. Isso tem gerado uma polêmica. Eu pergunto se não seria o caso de darmos uma explicação sucinta sobre o que vem sendo feito. Uma questão de transparência e para evitar essa nuvem que tentam criar por aí. Obrigada.

Edson Bueno (Secretário Executivo) – O Secretário está sugerindo também que ao final ele vai falar sobre o trabalho de combate ao desmatamento que está sendo feito na cidade de São Paulo. Tudo bem? Então, vamos passar agora para o primeiro ponto da ordem do dia. Como primeiro ponto, nós vamos ter a exposição sobre o tema “O aplicativo Descarte bem - construção e utilização”. Quem vai fazer exposição é a Conselheira Cristina Antunes. Cristina Antunes, por favor, você tem 30 minutos para fazer a exposição.

Cons. Cristina Antunes – Bom dia. Esse aplicativo foi produzido pelo grupo de trabalho de resíduos sólidos do Conselho Participativo de Santo Amaro. Foi um trabalho feito ao longo de 3 meses, por esse grupo, com a colaboração das entidades de Santo Amaro que puderam participar. A origem desse trabalho está na discussão do PGIRS – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que aqui em São Paulo está atrasado. Então, a gente abordou um dos aspectos do PGIRS que é o descarte de resíduos sólidos e que é um problema cotidiano em todos os bairros da cidade. O grupo de trabalho fez ao final uma oficina, onde foi lançado esse, este aplicativo e ao longo do trabalho, para produção desse aplicativo, várias pessoas consultaram diversos órgãos, diversas empresas para a gente afinar as informações e ter certeza de que os endereços que a gente tava indicando para descarte de resíduos sólidos fossem realmente eficazes efetivos. O aplicativo levantou 19 locais, 19 destinos para produtos, para resíduos que a gente produz



comumente em casa ou nas empresas. Esse aplicativo está disponível na Play Store, como na App Store. E, ao final, eu vou colocar um código QR para quem quiser já baixar diretamente. Nós contratamos um programador, que foi o responsável por esse aplicativo, e ele produziu dois softwares: um software de gestão que é restrito às pessoas que mexem no aplicativo, que abastecem o aplicativo e um software de uso o que é aberto para todo o mundo. Esse aplicativo pode ser atualizado continuamente, e para isso, a gente conta com feedback, das próprias pessoas e para isso temos um contato, um endereço de contato para as pessoas trazerem informações: ou o determinado destino não funciona direito, ou não recebeu o material, ou descobriu outro lugar que abasteça que receba esse material. Nós tivemos como objetivo conseguir pelo menos dois endereços em cada um dos três distritos de Santo Amaro para cada um desses produtos. Tivemos algumas surpresas boas, outras ruins. Na abertura, esse aplicativo se apresenta. Ele aponta melhor destinação possível para quase todos os resíduos que geramos, evitando que sejam descartados em lugares públicos e terrenos baldios ou que acabem nos aterros sanitários. Para nós, o pior é o aterro sanitário. Porque os aterros estão no limite, vão se esgotar; e muito material que vai para os aterros não precisaria ir para os aterros, poderia ser reaproveitado. O objetivo é colaborar com a implementação do PGIRS – Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que prevê ações do poder público nas áreas de comunicação e educação ambiental, entre outras. Aí, tem o link para o PGIRS porque infelizmente tem muita gente que ainda não conhece o PGIRS. Dá uma preguiça mesmo; porque o texto é grande, mas as pessoas podem abrir e saber do que nós estamos falando. Onde entregar? Com alternativa dos três distritos da área de Santo Amaro, e em outros locais da cidade, o aplicativo traz um (ininteligível) endereço de empresas e equipamentos públicos que recebem essa categoria de resíduos. Nós criamos um ícone que indica entidades que utilizam o material recebido para desenvolver atividades de apoio social e de interesse público. Só que depois disso, os resíduos ainda vão passar por diversos processos, que são a reutilização, a descontaminação, o tratamento e a reciclagem, que ainda causam dano, impacto ambiental; portanto, a gente insiste sempre que é preciso reciclar, mas é preciso rever o ponto de partida, que é produzir esse lixo;



vamos chamar de lixo. A gente tem que produzir menos lixo, a gente tem que evitar sacolas, papel de presente, um monte de coisas que a gente poderia não gerar um monte de coisas que depois acabam no aterro ou na reciclagem. E aí a gente põe um lembrete, no caso de Santo Amaro, todas as ruas da área da Prefeitura são atendidas pelas coletas domiciliar e seletiva. As pessoas às vezes não sabem disso, às vezes a coleta falha, mas cabe às pessoas cobrar isso. Então, nós damos o link para as pessoas saberem exatamente o dia da coleta e para reclamar, se falhar. Quem ajudou? Nós tivemos o apoio da Pizzaria Santa Marcelina; o aplicativo foi feito através da SAJAPE, que é uma entidade que tem CNPJ. Na verdade, foi doado ou feito em parceria para o Conselho Participativo que é um fórum meio estranho ainda. Na verdade, ele é um fórum da sociedade civil, mas não tem CNPJ, e está submetido a uma Secretaria Municipal. Só tem gente da sociedade civil, mas nós temos que seguir regras da Secretaria Municipal. A gente sempre diz que o Conselho Participativo está engatinhando, tem que melhorar muito, em termos de participação, em termos de autonomia, e por isso, a SAJAPE entrou como parceira para poder receber a doação, a contribuição da Santa Marcelina que viabilizou o projeto. A Menos Lixo é uma entidade do terceiro setor que nos presta consultoria; a Patrícia Blauth é bióloga; ela trabalha, ela faz parte do Conselho Consultivo da SAJAPE e ela nos orienta em todas as questões que envolvem lixo. E com quem eu falo? É para as pessoas saberem por quem procurar na hora de ter, que tiverem alguma dúvida. Então, tanta a SAJAPE, nós damos os contatos, como a Menos Lixo. As pessoas podem entrar em contato, diretamente, com qualquer uma dessas duas entidades que vão ter suas reclamações, seus comentários acolhidos. Nós temos 19 tipos de resíduos que foram incluídos: celulares e tablets; eletrodomésticos, que a gente classificou como geladeiras, fogões, micro-ondas, freezer, etc.; eletrônicos, que são TV, DVD etc.; entulho, que são restos de obras ensacadas; filmes fotográficos, de vídeo, raio X; gesso que são restos de instalação em placas; informática (computadores impressoras e periféricos); isopor (placas, blocos, bandejas, caixinhas); lâmpadas fluorescentes, de vapor mercúrio, de vapor de sódio; medicamento na validade, medicamentos vencidos (só os não controlados porque os controlados não são recebidos); óleo de cozinha que tem que ser



engarrafada, pet ou vidro; pilhas e baterias; pneus; recicláveis de todos os 4 tipos; restos de poda; tintas e solventes. Não, volta um pouquinho. Tintas e solventes, não; tem volumosos e não está aparecendo aí na tela, mas tem os volumosos no fim da lista. Para cada item que a gente abre, quando a gente clica num desses produtos, num desses resíduos, vai aparecer uma tela dizendo aonde você pode entregar esse resíduo. E, depois clicando em cada uma dessas telas, vai aparecer, por exemplo, vamos pensar no Mercatudo. O Mercatudo das Casas André Luiz, ele está com o ícone de entidade que vai utilizar para um objetivo social, está o endereço dele, e está indicando qual é o distrito. André Luiz é fora do Distrito de Santo Amaro, mas como eles recebem, busca em casa, a gente incluiu porque todos os outros são de entrega voluntária. Então, se tem um que cobre ou que precisa levar fora do distrito, que a gente considerou. Cada um, cada vez que a gente abre um, por exemplo, a pilhas e baterias entram naqueles anteriores. Cada tela que abre aparece o distrito, que tipo de equipamento, se é equipamento público, se é comercio, se é instituição, o telefone, o que ele recebe, no caso da Prefeitura são só pilhas e baterias, em outros casos que recebe outras coisas e mesmo que você tenha procurado por pilhas e baterias, vão aparecer todas as outras coisas que eles recebem. O horário de recebimento – aqui está indicando que este estabelecimento está fechado agora porque é fotográfica da tela. Se estivesse na tela ia mostrar que estava aberto e ia aparecer um mapa, por GPS, indicando a que distância você está naquele momento desse local. No alto de algumas telas aparece um comentário. Por exemplo, aparece o comentário que as Casas André Luiz buscam, retiram em casa. E no pé de cada tela aparece sempre uma mensagem de educação ambiental. Que é randômica. Na verdade, ela pode aparecer várias vezes, independente da tela. Aqui estão todos os ícones que foram criados para este aplicativo, e ali tem os vidros e volumosos, que não apareceram na tela anterior. Eu quero fazer alguns comentários sobre esses, esses produtos. Nós tivemos algumas surpresas boas com relação a locais que recebem, mas algumas constatações que foram desanimadoras. Por exemplo, gesso, isopor e volumosos. Vou falar desses três. Gesso: não tem nenhum lugar que receba pequenas quantidades de gesso. Uma empresa que faz a instalação em um prédio, eles



vendem esse material de sobra e livram-se dele. Aqui em São Paulo não achamos nenhum. E olha, nós tivemos a equipe toda e várias pessoas fora da equipe procurando, telefonando, alguns indo nesses locais que foram indicados e deram com os burros n'água, porque nesses lugares não fazia. O único lugar que a gente encontrou que recebe pequenos restos de gesso é em Santo André; eles cobram para retirar, ou então, você leva lá, mas eles cobram para receber, e mandam prá Minas. Quer dizer, a cidade de São Paulo, que é a maior da América Latina não tem um único local para receber gesso. E gesso é um produto grave para ir para o aterro. Isopor, a surpresa veio de um projeto do Natalini; porque o único lugar que recebe isopor e que a gente tem a confiança, é aquele projeto na Câmara dos Vereadores, que é um projeto seu. Tem uma caçamba que recebe o material. A gente não conseguiu saber para onde vai; qual é a destinação que é dada depois. Mas, de qualquer forma, é uma opção; só que lá no Viaduto Jacareí. Então, aqui em Santo Amaro enfim, lá em Santo Amaro, a gente não tem nenhum lugar fácil para descartar isopor. Vou falar do vidro porque a gente tem uma central de triagem lá em Santo Amaro, moderníssima, que é operada por uma concessionária e que recebe todos os outros materiais recicláveis, mas não recebe vidro. Porque à época da instalação dessa central de triagem, os recursos não eram suficientes para montar mais uma esteira para vidro. Então, vidro é rejeitado. E vidro é um material facilmente reciclado. E, os volumosos. Vou falar de volumosos, com relação aos Ecopontos. Os Ecopontos recebem os volumosos, só que eles vão para o aterro. Eles recebem às vezes material empacotado do jeito que vem da loja, e vai pro aterro, porque o contrato que existe entre a AMLURB e as concessionárias proíbe que sejam tirados materiais, quaisquer que eles sejam, dos Ecopontos. Eles obrigatoriamente têm de ser encaminhados pela concessionária. Material de reciclados que vão para as cooperativas, eles têm um acordo com as cooperativas. Então, não vão parar no aterro. Agora, móvel, um sofá, uma estante, fogão, uma cama, nós já vimos lá no nosso Ecopontos, box de banheiro embalado, foi para o aterro, porque é proibido tirar de lá. Móveis que podem ser reaproveitados, usando a madeira um projeto de aproveitamento da madeira no Ecopontos produziria... não, produz; porque, eu já falei aqui da outra vez, que às



vezes a gente rouba madeira do Ecopontos, a gente fabrica móveis para o parque; a gente, digo, tem moradores tem moradores que fabricam móveis para o parque; eu não tenho essa habilidade. Mas, se a gente não fizer isso, vai para o aterro. Restos de poda, que no nosso bairro felizmente já é um bairro muito arborizado, a gente tem um volume significativo de restos de poda, o resto vai para o aterro, em vez de fazer uma compostagem no próprio Ecopontos. Então, isto daqui já mostrou para a gente, que dá para diminuir essa lista; essa lista pode ser diminuída porque a gente pode poupar os aterros. Esses problemas de material que não tem para onde ir, nós tivemos um Subprefeito, muitos anos atrás, que falava assim: olha a gente tem muito entulho na rua aqui, mas a Municipalidade tem que dar alguma alternativa para as pessoas terem onde jogar. Aí surgiram os Ecopontos. Só que os Ecopontos não recebem todos os materiais; então,, a gente continua tendo esse problema dessas três ou quatro categorias de produtos que não estão atendidas e isso compete à Municipalidade; compete à Administração. A gente não sabe qual seria a maneira, mas assim como Ecoponto recolhe esses materiais, recolhe alguns desses materiais que vão para o aterro indevidamente, a gente poderia reorganizar esse sistema de recebimento para permitir que, mesmo esses que estão encardidos, que são produtos ruins de recolher, por exemplo, isopor, se pode recolher lá na Câmara, de repente pode recolher aqui em Santo Amaro, e nos bairros também. O que vai fazer depois, a gente precisa descobrir, mas pode recolher. Pelo menos as pessoas teriam um lugar que a Administração Pública pode dizer: você pode chegar lá e coloca lá, que depois a gente vai dar um destino. Que é o que acontece nos Ecopontos, dando destino indevido a alguns desses produtos. Nós não temos uma usina de reciclagem de entulho. Desde o tempo do Pitta, nós tínhamos uma usina foi desmontada porque deu problema e nas Administrações seguintes o argumento é que custava, à época, vai, isso tem tempo, R\$ 200.000,00 para reinstalar, e então, nunca se reinstalou. As empresas incorporadoras são um pouco mais espertas, elas estão fazendo reciclagem do entulho no próprio canteiro de obra e, com isso, usam esse material para fazer pavimentação, para fazer até artefatos. A Prefeitura não; a Prefeitura não tem reciclagem de entulho e todo esse material vai para o aterro, vai para o aterro. Entulho que vai para o aterro, vai



criando chão. Vai sufocando o aterro, em vez de ser aproveitado para poupar dinheiro da própria Prefeitura. Os outros produtos, por exemplo, eletrônicos, não é uma solução fácil, mas tem muitas empresas que trabalham com isso. Tem até exportação de eletrônico quebrado. Os outros que estão mais fáceis, por exemplo, medicamentos na validade, têm asilos que recebem. Até UBS nós achamos uma, pelo menos, que recebe. Eu não sei se ela podia receber, mas ela recebe. As lâmpadas fluorescentes são um problema com relação a armazenamento, então, houve um palestrante na nossa oficina que sugeriu que a gente não incluísse lâmpadas, porque é material tóxico e coloca em risco a saúde dos funcionários que manipulam. Mas no final, a decisão foi assim: não, vamos manter. É melhor que fique no lugar e que se aprimore esse acondicionamento do que deixar todo mundo jogar na rua, como acontece, porque aí a toxicidade se espalha e aí não tem nenhum controle. Os outros são coisas mais simples, que as pessoas normalmente já fazem. Pneus, só encontramos uma rede que recebe com segurança. Óleo lubrificante, nós excluímos, porque não achamos nenhum. Eles dizem assim: "você quer que livrar dele? Traz aqui que eu dou um jeito". Ele ia jogar na boca de lobo, então, a gente não incluiu esse prestador de serviço. Em suma, a gente entende que isso mostrou que tem problemas no recebimento que podem ser resolvidos. A gente pode diminuir o impacto dando mais opções para as pessoas entregarem o material e dando mais informação também. Outro produto que nós não colocamos que estamos procurando, que é o amianto. O amianto é uma encrenca séria, porque hoje é proibido, mas tem gente que faz reforma e tira a telha, tira a caixa d'água; esse, nós ainda estamos procurando; se a gente encontrar destinos seguros, a gente vai incluir aqui também. E qualquer coisa que a gente inclua, como é um software de gestão, ele automaticamente atualiza o aplicativo para quem já baixou. E o que a gente está buscando, Natalini, agora, é replicar esse aplicativo para as outras Prefeituras Regionais. Para isso, a gente vai submeter um pedido para o FEMA, porque esse nosso patrocinador nos apoiou lá em Santo Amaro. Ele é de lá. Como a gente tem o software, então, agora o custo é mais baixo do que foi esse primeiro. A gente tem que fazer lógico, adaptações e tem que fazer a pesquisa. A pesquisa, por exemplo, num bairro onde a gente atua é



mais fácil do que em bairros em que a gente não tem familiaridade, mas para isso, a gente conta com as associações de moradores e com as entidades que tem nos outros bairros também. Então é isso. A gente gostaria que algum edital do FEMA contemplasse... em algum edital coubesse esse projeto.

Secretário Gilberto Natalini - Só algumas informações que são importantes. Nós temos tido vários embates, no bom sentido, com a AMLURB. Vários. E desses embates têm surgido algumas coisas que, na minha opinião, são avanços. Primeiro exemplo que eu quero dar: está em fase de licenciamento as quatro composteiras de resto de feira que estavam paradas na AMLURB. Tem uma na Lapa, que eu visitei esta semana - sugiro que vocês visitem - que é um sucesso absoluto. Retira muita quantidade de resto de orgânicos de feira e transforma em adubo, lá na Lapa. E vão ter mais quatro agora. Agora está em fase de licenciamento. Nós fomos na CETESB e o presidente da CETESB teve uma reunião conosco e com o Edsinho Tomás de Lima, da AMLURB, porque a CETESB é que dá o aval. As empresas que coletam já estão concordando e elas que mantêm na Sé, na Mooca, na Lapa e em São Mateus. São quatro mais. De uma se transformarão em cinco. Com isso, se calcula que pode se tirar 60% dos restos de orgânicos de feira da Cidade de São Paulo e, obviamente, o caminhar para outras Prefeituras Regionais acontecerá. Não precisa ter uma em cada Prefeitura, porque a da Lapa dá conta de várias feiras da região. Isso é um avanço, na minha opinião. Outro informe que eu queria dar, quero dar a você, e a todos, é que nós estamos, lá na Secretaria do Verde, com um projeto do Prefeito Regional do Butantã analisando para ver se precisa licenciar - provavelmente sim - e isso será feito. É uma usina, uma planta, de transformação do entulho, junto com a "INOVA", tem um local direitinho, perto do Parque Raposo, tem um grande local. Dá para recolher todo o resíduo inerte do Butantã e de mais duas Prefeituras Regionais e transformar em ou areia ou brita daquela... Vocês sabem como é a transformação... Isso também está andando. A gente queria inaugurar isso até outubro. Porque está tudo pronto; a empresa tem o dinheiro para fazer o investimento; quer fazer um investimento; e a Prefeitura Regional... e nós estamos, então, ajudando a encaminhar. Acho também importante esse informe, porque se fizer lá, aí desembesta a fazer em vários



cantos. E a gente tem um problema grave que é o entulho. Hoje o entulho em São Paulo, ele é tratado extra oficialmente. Têm várias usinas que processam os inertes, como você falou. Por exemplo, nós fomos procurados pela MRV, uma grande construtora, para fazer um conjunto enorme na região de Pirituba, enorme. E eles vão processar dentro da obra o resíduo e vão transformar em bancos, eles foram oferecer para a gente, locais para colocar bancos, guias e sarjetas. Eles vão fazer uma produção e querem doar para a Prefeitura a produção dos inertes que eles vão fazer lá. Então, tem acontecido muito por fora do Poder Público, e aí nós estamos querendo esse do Butantã... Terceira coisa que eu queria informar. A Célia Marcondes está aqui, a Célia nos procurou sobre a questão do óleo de cozinha, que é outro problema. Você sabe: a produção de óleo, eu aprendi com eles da ECÓLEO, 6 milhões de litros por mês de óleo de cozinha usados e só se reutiliza 1,5 milhão. Os grandes geradores. De casa em casa jogado aonde Deus deixa, tá certo? Tem um acordo que está caminhando com a ECÓLEO e a coordenação das cooperativas da Zona Leste, já está praticamente fechado, onde eles vão fazer, junto com empresas que recolhem e pagam por esse óleo R\$ 2,00 o litro, mais ou menos, quer dizer, não é pouca coisa. Vai começar lá então, o projeto de recolhimento do óleo. Esse da Câmara que você falou, que nós colocamos lá. Ele vai para uma fábrica em Santa Catarina, que é uma das únicas fábricas de São Paulo que reutilizam, de São Paulo, não, do Brasil, que reutilizam o isopor. Então uma fábrica que tem em Santa Catarina eles buscam aqui. Eles têm muita dificuldade de arranjar isopor porque as pessoas não reciclam o isopor, jogam fora. Seria uma coisa legal, a PLASTIVIDA é que faz a ponte. Eu vou colocar a PLASTIVIDA em contato com vocês, porque a PLASTIVIDA tem disponibilidade de colocar um coletor de isopor aonde a gente falar. Eles querem fazer isso. E o isopor vai prá lá e eles mandam para essa fábrica. O dono da fábrica esteve comigo, é um cara sério. A fábrica existe, funciona, não é uma falácia, porque a gente foi atrás. O isopor que tem na Câmara vai para essa fábrica e eles estão dispostos a multiplicar isso. Então, teria várias outras coisas de iniciativas que a gente está tomando nessa questão dos resíduos. Obviamente, a gestão dos resíduos é feita pela AMLURB, mas nós da Secretaria temos a obrigação, inclusive legal, de dar andamento nisso. Foi feito uma



Minuta de Decreto pelo DECONT e pelo DEPLAN, que eu estou enviando ao Prefeito para assinar e a gente publicar, dando poder à Secretaria do Verde para mais um desdobramento do cumprimento da lei de resíduos sólidos, a lei federal, certo? Onde a gente vai poder cobrar a logística reversa. O Decreto, depois eu posso apresentar aqui para vocês, mas é um avanço a mais no Marco Legal, mas, à margem do Marco Legal, uma iniciativa como é essa. Fica aqui a nossa proposta, não só de ajudar com vocês apresentando no FEMA, mas fazer uma parceria da SAJAPE com a Secretaria do Verde, de cooperação, para que nós possamos ser instrumentos de multiplicação disso aí para o resto da cidade. Aí vocês também têm que ter um pouco de generosidade para ceder o conhecimento que vocês conseguiram fazer, dentro de uma tratativa, e a gente ver como nós podemos replicar essa experiência em outras regiões com o nome de vocês, obviamente. Fazer uma coisa bem feita, onde vocês não sejam descaracterizados de jeito nenhum, mas que a gente possa usar a influência da Secretaria, da máquina da Prefeitura, para replicar em outras Subprefeituras, ajudar a preencher essas lacunas que você está falando. Eu acho muito positivo o que foi apresentado aqui, é muito legal e é uma iniciativa da sociedade civil que o Poder Público aprende com ela e faz avançar a cidade na questão dos resíduos. Eu agradeço muito. A Senhora tinha pedido a palavra? Por favor, o nome e a entidade só para registro em ata.

Cons. Cristina Kirsner - Parabéns pela iniciativa, pelo ineditismo do programa. E eu queria saber se não existiria a possibilidade de incluir aí um espaço onde as empresas pudessem se cadastrar, ou seja, a outra mão. Ou associações ou cooperativas, enfim, te ajudar no sentido da pesquisa, assim, a pessoa se colocando como recolhadora do descarte, e colocar também o CIESP SUL ou a FIESP.. Eu sou Conselheira também do Departamento de Meio Ambiente da FIESP e eu sei que eles têm dificuldade de encontrar... Tem empresas que necessitam de alguns desses resíduos para o seu processo e talvez fosse o caso de haver essa...

Cons. Cristina Antunes - Obrigada, Cristina. Olha, com certeza a gente tem a expectativa... O lançamento é muito recente, então, a gente ainda está no



processo de ter que divulgar, mas a gente tem expectativa de que as próprias empresas nos procurem para... porque, na verdade, para uma empresa que recebe material, é óbvio que ela tem um ganho paralelo com isso. A pessoa vai lá entregar uma lâmpada e compra outra, Mas a gente, na origem pretendia ir abordar todas essas empresas para isso. Mostrou-se impossível. Agora que a gente tem o aplicativo, a gente espera que seja divulgado. Aliás, peço para todo mundo para que baixe o aplicativo e que divulgue para quem puder. Ele não é pesado, dá para manter facilmente e a gente quer, sim, fazer essas parcerias. Na verdade, a gente precisa multiplicar essa informação. E à medida... Por exemplo, a Associação Comercial. Nós temos no Conselho Participativo, nós temos três representantes que são da Associação Comercial. Eles estão fazendo esse trabalho lá na Associação Comercial de Santo Amaro. Então, ótimo. Qualquer ajuda que a gente tenha para divulgar o aplicativo, fazer ele ser mais não só mais visto, mas que resulte em comportamentos, que as pessoas vejam que têm alternativas em vez de contaminar o meio ambiente...E a própria Administração, Natalini. Fico super feliz com essa possibilidade que você está nos dando, porque a AMLURB é um jogo duro. A AMLURB é jogo duro. A gente conseguir passar por cima das resistências da AMLURB, vendo eles jogando fora tanta coisa que pode ser aproveitada, é uma briga de Golias absolutamente injusta. Então, a gente pede que todo mundo ajude a fazer essa divulgação. Acho que a Prefeitura podendo nos ajudar é o nosso maior parceiro. Nós fizemos isso dentro da Prefeitura de Santo Amaro, com o apoio do Prefeito. O Roberto apoiou totalmente. Então toda ajuda que puder vir... e essas notícias boas nos animam muito, Natalini. A gente aceita, a gente agradece. São todas muito bem-vindas. Não só de entidades, de empresas, de associações do segundo e terceiro setores, são todas muito bem-vindas. Nós temos o nosso telefone, não tem nem dificuldade para falar. Tem o nosso telefone, tem o nosso e-mail... mandar uma mensagem. A gente tem o grupo, o grupo está organizado para receber, para responder; então, qualquer ajuda que venha, qualquer contribuição e qualquer sugestão, qualquer palpite "olha, isso não está funcionando bem, isso aqui está". Nós estamos absolutamente receptivos para todas essas contribuições. Isso aqui precisa ser multiplicado mesmo.



Edson Bueno (Secretário Executivo) – Para registro. Nós já temos quórum na reunião. Vamos para as considerações da Rose Inojosa.

Cons. Rose Inojosa –. Rose da UMAPAZ. Parabéns, pelo trabalho A gente tem um ciclo de diálogos sobre resíduos da UMAPAZ e a gente gostaria de convidá-la para apresentar para esse grupo que vem de várias regiões da cidade.

Cons. Cristina Antunes - Com todo o prazer. Te agradeço antecipadamente. É bom prá nós. É só você marcar. Vamos conversar depois.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Conselheiro Azzoni.

Cons. Azzoni - Bom dia, Azzoni, Associação Comercial. O Rodrigo Fittipaldi, que está à frente da sustentabilidade, faço parte lá com eles.... Queria deixar também à disposição a Associação Comercial, porque a gente já tem feito muitas coisas em relação à logística reversa, inclusive alguns trabalhos nós já fizemos com a FECOMÉRCIO, eu queria passar, inclusive, passar para a Cristiane, a minha suplente, para ela falar sobre essa questão.

Cons. Cristiane - Olá, bom dia, Cristiane da FECOMÉRCIO. Queria parabenizar pelo aplicativo, excelente, e em relação a esse trabalho que o Azzoni disse, nós lançamos também uma plataforma de logística reversa que, por enquanto, tem apenas dois produtos, pilhas e baterias portáteis e as baterias de chumbo ácido. Inclusive eu já me comprometo para te passar os pontos das baterias de chumbo ácido que têm por lá, está bem? E de baterias e pilhas portáteis também. E nesse nosso portal tem toda uma comunicação com o consumidor, com o comércio, porque muitos materiais, o comércio tem a obrigação de receber de volta, então, nós estamos fazendo uma divulgação muito grande com os nossos sindicatos e eles com os lojistas - aí é que está entrando também a Associação Comercial - porque muitos deles não sabem dessa obrigação ainda. Parece até mentira falar isso, mas é verdade. Tem muitos que ainda não conhecem essa obrigação, e a gente está fazendo uma divulgação muito forte com eles nesse sentido. E outro produto que também me chamou muita atenção, e que não tem, são os óleos lubrificantes que você falou, porque ele tem um sistema já tão



organizado de logística reversa que eu também me comprometo a entrar em contato com a associação e te passar os pontos, porque eu acho que isso é importantíssimo. E essa replicação para outras Prefeituras Regionais também. Inclusive vou conversar na FECOMÉRCIO para a gente ver se tem como auxiliar em algum sentido. E de antemão já vou passar para equipe de divulgação para ver se a gente faz alguma matéria para o portal, para que a sociedade saiba dessa ferramenta importantíssima. E só mais uma coisa. Sobre o isopor que o Vereador – Vereador, não, Meu Deus! É que eu estou tão acostumada a chamar de Vereador (risos) - ...Secretário... Nós recebemos recentemente uma pessoa que diz que tem uma forma de reciclar isopor in loco, porque um dos problemas é essa distância, porque é um material muito leve, e a distância que tem que percorrer... Até conheço essa fábrica em Santa Catarina, e a gente está tentando fazer uma avaliação disso. E se for mesmo alguma coisa boa depois eu vou lhe contar, porque de repente poderia fazer isso nas cooperativas. Diz que é um equipamento de baixo custo. A gente recebeu isso há pouco tempo e eu ainda não avaliei.

Secretário Gilberto Natalini - Então, é uma coisa do Einstein.

Cons. Cristiane - Pois é inclusive, a gente está com as inscrições do Prêmio FECOMÉRCIO de Sustentabilidade abertas, que depois eu vou pedir para divulgar para todos os Conselheiros, e a primeira coisa que eu falei para ele é "participe do prêmio, porque isso é inovador", não é? Então vamos lá. Obrigada.

Cons. Cristina Antunes - Cristiane, obrigada. Você tem meu e-mail, a gente se comunica sempre. Então, ótimo, super obrigada pela ajuda. Eu quero fazer uma observação, Natalini, que a gente não incluiu nenhuma cooperativa. Infelizmente, as cooperativas têm uma atividade muito instável. A gente às vezes chega lá para levar alguma coisa e está lotado. A própria concessionária acontece isso. Ela tem uma parte que ela deve levar para a cooperativa, chega lá, tem que voltar e aí paga outro frete, outro transbordo, para colocar lá no aterro. E o outro problema, obviamente, é o contrato, porque a mesma concessionária que administra que explora o Ecoponto é dona do aterro e dos caminhões que fazem o transporte e eles ganham por peso. Então, tem que mudar muita coisa no meio dessa



história, mas eu fico super feliz com essas notícias. Estamos ávidos por colaborações, por contribuições e por informações. Então muito obrigada, Natalini, obrigada pelo espaço para divulgar.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Ainda tem mais dois inscritos: Célia Marcondes e o Ângelo Iervolino. Alguém mais? Nós vamos... a senhora também, nós vamos encerrar, por favor, breve porque nós estouramos o tempo.

Cons. Célia Marcondes - Parabéns, Cristina, nota 10. Duas observações: uma delas quanto ao isopor. Já é coletado na cooperativa de Pinheiros. Essa cooperativa já há dez anos vem fazendo esse trabalho. Você traz aquelas caixas enormes, põe dentro de um tanque e vira do tamanho de um novelo de lã. E isso é para fazer esses perfis. Como a gente usa isopor aqui, a gente faz todos esses perfis... e é uma grande indústria de Santa Catarina. Funciona, dá certo. A grande dificuldade é como recolher isso, então, o certo seria cada cooperativa ter um, sim, e entregar para as cooperativas e fazer um grande trabalho de educação ambiental. Funciona e é muito útil essa transformação, mesmo porque a gente deixa de usar gesso para esses acabamentos. Quanto ao óleo comestível - eu ouvi a observação, alguém falou do óleo lubrificante -, são duas classes completamente diferentes. Eles não podem ser unidos de jeito nenhum, se não a gente macula e depois não serve para nada, muito menos o outro. Portanto, o nosso segmento de óleo é óleo e gorduras comestíveis, OGR. E o lubrificante é outro setor, que tem outra associação que cuida disso. Então, quando as pessoas ligam para nós, para a ECÓLEO, a gente já faz essa triagem: é óleo lubrificante, é outra classe, é outro local. Obrigada.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Ângelo Iervolino.

Cons. Ângelo Iervolino - Bom dia a todos. Ângelo Iervolino, Sociedade Ambientalista Leste, a SAL, representando a Leste 3. Secretário, inclusive, eu até iria procurá-lo lá na Secretaria a respeito da lei de resíduos. Hoje, eu estou na gestão ambiental da Subprefeitura de São Mateus e nós, analisando a lei, a lei fala de tudo. Primeiro, reaproveitar, reciclar, tudo, mas não fala, mas não cita - ou é o último item que cita



- é o aterro desses materiais recolhido, volumoso. Então eu e a Sueli há uns dois anos atrás fizemos um trabalho de acompanhamento de um programa do Cata-Bagulho e fizemos pergunta. Entrou no caminhão, não pode tirar mais, tá? E pela lei não é isso que fala. Não sei o que o Senhor poderia nos ajudar para que a lei fosse cumprida, que a lei fala reaproveitamento, diversas coisas, antes de chegar no aterro. Outra questão: nós, em São Mateus, fazemos recolhimento de diversos materiais... pneus - talvez seja uma das únicas Subprefeituras de São Paulo... e a gente recolhe, entregam para a gente em torno de 3 a 4 mil pneus por semana, que vem uma empresa que a gente fez convênio retirar. O nosso maior problema são as pilhas e baterias e as lâmpadas, que até hoje não apareceu ninguém. Inclusive se a colega da FECOMÉRCIO pudesse nos repassar a questão da pessoa que retira a pilha, a gente ficaria agradecido. Agora outra questão: óleo o comestível não tem problema nenhum, que tem muita gente recolhendo, todo mundo recolhe ou para fazer sabão caseiro ou sabão industrial. Isso não é problema. Agora a questão do óleo automotivo. Eu acho que a maioria do pessoal faz a troca no próprio posto. São poucos os que fazem em casa. Acho que o problema maior são as oficinas mecânicas, certo? Eu não sei se seria o ideal fazer um convênio com o posto de gasolina, porque não seria muito, eu acho, esses que fazem fora do posto de gasolina, e estar recebendo. E para eles receberem 10/15 litros a mais por dia eu acho que não seria nenhum problema. Eu teria outras coisas, mas eu acho que eu vou esperar a apresentação da Sueli, que segue quase o mesmo sentido, para fazer a demais considerações. Obrigado.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - As considerações da Lígia Cunha.

Cons. Lygia Cunha - Eu queria primeiro iniciar, te parabenizando, porque, assim, você tocou em vários itens que são muito importantes para saúde e que a gente está se debruçando continuamente e não conseguimos resolução, que é o amianto, que a gente já está trabalhando com os fabricantes, a gente está tentando fazer esse trabalho com os fabricantes agora, e com as distribuidoras, porque já fomos no comércio e já fizemos o trabalho, mas, assim, o grande problema é o indivíduo, é quem faz a reforma. Onde vai jogar essa.... Ele até



sabe que não pode deixar na rua, mas onde vai deixar? Então, esse é o grande problema, e a nossa grande luta com a AMLURB. Nós tivemos recentemente, esse mês ainda, com algumas pessoas da AMLURB e eles falaram que eles não têm solução nenhuma para isso. Eu só queria que a Saúde se aliasse a esse projeto e que a gente vai também está trabalhando com as pessoas que mexem com as lâmpadas de mercúrio. A Leroy, por exemplo. A gente pode trabalhar também, fazer alguma coisa junto para orientar os trabalhadores e orientar a maneira mais correta de dispensar. Está bom? Parabéns.

Cons. Cristina Antunes - Obrigada. Com relação ao óleo lubrificante, todos os postos de gasolina, e até oficinas que a gente consultou que a gente visitou, nenhuma delas deu segurança do que eles vão fazer com esse óleo. Eles falavam bem assim: "pode deixar aí que depois a gente dá um jeito", "ah, você está só querendo se livrar? Bota ali naquela caixa", entendeu? A gente precisa ter segurança de como isso vai ser trabalhado depois que a gente entregar. E esse foi o maior trabalho nessa pesquisa. A gente ter certeza do que vai acontecer depois. E no caso das lâmpadas, a gente sabe, houve nessa pesquisa, a gente soube que tem muitos processos na justiça por conta de problemas de saúde de pessoas que manipulam essas lâmpadas. Agora é isso: tem que manipular direito, tem que ter um lugar adequado. Não é simplesmente dizer "então, não vamos fazer porque dá esses problemas". A gente tem que corrigir esses problemas. E, olha, eu fico super feliz de incluir essa questão da saúde, porque quando a gente fala de resíduos não é só como se a questão ambiental fosse separada da saúde. É absolutamente vinculada. Não é à toa que o Natalini, que é médico, é tão envolvido com essa questão ambiental. Está tudo ligado. Então outra vez agradeço qualquer sugestão, agradeço informações novas, agradeço contribuições que a gente possa para aprimorar continuamente o aplicativo e os próximos já saírem mais completos. Muito obrigada.

Secretário Gilberto Natalini – Antes de passar a palavra para a Sueli, eu só queria dar mais dois informes aqui que eu acho relevantes para vocês saberem. Quanto ao óleo, o óleo não comestível, porque o óleo comestível não é isso tudo que você



falou aí, lervolino. Porque a grande massa de pessoa joga o óleo, ainda joga o óleo no cano da cozinha, ou na privada, ou sei lá aonde. E também, o trabalho que a gente tem de fazer é para não colocar o óleo para ser transformado em sabão; porque o sabão volta com mais carga agressiva ainda. O óleo tem de ser utilizado para se fazer o biodiesel, que é o cominho mais ambientalmente correto; não transformar em sabão. Tanto é que a gente, na discussão que nós fizemos com as empresas de óleo, a maioria delas que a Célia preside a ECÓLEO, são quatro empresas muito bem estabelecidas, que recolhem um quarto do óleo de cozinha usado da cidade, segundo os cálculos deles. Eles falaram que são produzidos seis milhões de litros por mês em São Paulo e eles conseguem recolher um milhão e meio. É pouco, mas é uma quantidade grande. O que precisa agora é o "casa em casa". Esse é o trabalho que a gente está buscando fazer com essa coordenação de cooperativas, e eles pagam dois reais. A maioria dessas empresas fazem biodiesel. Inclusive o pagamento, é evitar o pagamento do óleo com sabão, porque o sabão que a gente usa normalmente acaba também. Outra coisa que eu queria informar, que eu acho importante o Conselho saber. Nas tratativas que nós estamos tendo com a AMLURB, nós conseguimos que a AMLURB esteja discutindo para dar um encaminhamento num chamamento público de recolhimento de madeira. Eu tenho sido procurado por várias ONGs, várias empresas que recolhem madeira em São Paulo. Várias, muitas. Recolhem por conta própria. Então não dá para fazer esse acordo com a ONG A, a ONG B ou a ONG C, porque aí vai dar problema. Eles vão fazer um chamamento - a promessa é essa e nós estamos cobrando -. Vocês não têm ideia como o pessoal da AMLURB quando me vê fala: "já vem esse cara de novo, pelo amor de Deus". Mas a gente tem que cobrar, porque a AMLURB é um órgão que durante muitos anos ele acostumou-se com aquela coisa "coleta aqui, leva lá, bota no aterro, cadê o aterro e tal". Então, precisa dar uma e eles estão dispostos. Então esse chamamento, assim que sair, a gente informa a vocês. Nós estamos cobrando e quem puder cobrar, cobra também, porque aí vai ter uma, duas, três empresas. E hoje tem uma empresa que tem uma planta em Mauá, Mauá, não, desculpa, no Embu, imensa empresa. Ela tem capacidade de aproveitar a metade da madeira usada em São Paulo e



transformar em várias coisas, entendeu? É uma máquina enorme, com uma boca enorme, e ela precisa dessa madeira e provavelmente vai estar incluída nesse chamamento. Essa é uma outra questão que vocês precisavam saber. Cristina, eu refaço o convite para a gente conversar com vocês, ver como é que nós podemos fazer essa parceria para ampliar essa metodologia. Por exemplo, eu tenho certeza que o Prefeito da Lapa, o Carlos Fernandes, na hora vai topar isso. Eu tenho certeza. E outros que já estão preparados intelectualmente, contaminados, inoculados com essa preocupação de fazer mais do que o feijão com arroz, está certo? Então fica o convite aqui, o desafio. Espero que vocês possam sentar juntos e aqui.. Eu acho que aqui, como tem instituições, o IAB está aqui, não é? O IAB está ali. Você é de onde? Ah! Você representa as Prefeituras Regionais? De qual Prefeitura você é? Ah, do Bruno, representa o Bruno? Olha só. Esse é quente.

Cons. Guilherme - Inclusive, Secretário, esse projeto que você apresentou de entulhos, esse projeto é meu. Eu apresentei para a AMLURB, apresentei para o Bruno Covas.

Secretário Gilberto Natalini - Esse do Butantã?

Cons. Guilherme - Exatamente.

Secretário Gilberto Natalini - Merece uma salva de palmas não merece? (PALMAS)

Cons. Guilherme - Obrigado, imagina.

Secretário Gilberto Natalini - Guilherme né?

Cons. Guilherme – Guilherme, exato. E o Paulo Victor, ele emprestou o CTO dele para a gente fazer esse projeto, então estamos juntos. Se precisar de alguma coisa, vamos trabalhar juntos, está bom?

Secretário Gilberto Natalini – Estamos terminando a análise para fazer o licenciamento. Então, eu acho que está bom, por enquanto. Alguém quer falar alguma coisa, mestre? Walter, está tudo bem? Walter, nós não vamos transformar em entulho todas as casas, as obras tombadas de São Paulo, fique tranquilo, tá? Vou passar para Sueli. Sueli, você pode já se posicionar.



Cons. Rose Inojosa - Só uma observação. Rose, da UMAPAZ. A gente tem na área de educação ambiental uma grande dificuldade em relação a essa suposta reutilização de materiais. Nós falamos continuamente para as pessoas que a reciclagem não é a reutilização, reutilização, muitas vezes indevida, como de garrafa PET, para fazer brinquedos e florzinha e não sei o quê. Vai parar no aterro de uma forma que é inaproveitável depois. Isso tem sido, parece incrível, mas é uma luta diária que toda vez vem alguém propor cursos e oficinas de reutilização e eu fico muito preocupada quando vai chegando no meio do ano, as pessoas começam a pensar em enfeites de final de ano, de Natal, utilizando de forma absolutamente inadequada esse material que tem que voltar para a indústria. Isso é uma coisa importante da gente sempre refletir.

Secretário Gilberto Natalini - Sueli, o Presidente da Associação Brasileira dos Recicladores de Óleo, não comestível, de óleo lubrificante, se sentou comigo e me garantiu, me garantiu, jurou pela alma da mãe dele que 90% do óleo lubrificante que é produzido no Brasil hoje já é reciclado. A conferir, tá? Isso eu não consegui conferir, mas essa informação ele me passou.

Cons. Ângelo Iervolino - Eu sou também representante da Agenda 21 Macro Leste, tá? Quando uns anos atrás nós estávamos em reunião lá na Câmara Municipal, o então Secretário do Verde, doutor Eduardo Jorge, veio trazer a notícia que o Prefeito havia assinado uma lei no qual toda Subprefeitura seria obrigada a refazer o uso do RCC no seu composto para fazer tubulação. A partir daí nós da Agenda 21 começamos a arrumar parceiros, inclusive um parceiro forte, o próprio Sindicato da Construção Civil, o SINDUSCON, e todos os locais que nós indicamos, nenhum, nem na própria pedreira, que a pedreira já faz esse trabalho de triturar as pedras, foi aprovado o que triturasse RCC, então a dificuldade... Gente querendo fazer isso tem, mas foi uma dificuldade muito grande e não conseguimos parceiros. Tinha parceiro, mas não conseguimos local para poder levar o equipamento. Está lembrado disso, Rose? Na Agenda 21? Então iniciativa a gente acaba tendo, mas acaba barrando com o sistema. Obrigado.



Edson Bueno (Secretário Executivo) - Encerrada a discussão sobre o tema, agradeço a Conselheira Cristina Antunes e passamos agora para o segundo ponto da ordem do dia: exposição sobre o tema “O catador autônomo na Zona Leste de São Paulo, experiências exitosas: Catadores Saudáveis e Mais Catador”, pela Conselheira Sueli Rodrigues. Lembrando que a Senhora tem 30 minutos para a exposição.

Cons. Sueli Rodrigues – Vou tentar usar menos. Bom dia a todos. O termo “exitosas” ficou forte, né? Talvez pudesse ser uma outra palavra. A ideia de se pesquisar a questão do catador autônomo é quanto à resistência deles em atuar em forma de cooperativa, que é o sistema que nós temos hoje dentro da cidade de São Paulo. Dentro da pesquisa foi encontrado *Pimp my carroça* que faz ações com os catadores autônomos, faz ações esporádicas, não tem um trabalho contínuo. E eles já fizeram o atendimento em cinco anos, 845 catadores foram atendidos. Eles fazem grafiteagem e levam equipe de saúde para fazer avaliação dos catadores e buscar a inserção deles na sociedade. Os *Catadores Saudáveis* é um projeto que nasceu dentro da Saúde e que também trabalha com catador autônomo, também com ação não contínua. São eventos esporádicos, que são realizados em determinadas regiões. Já completou 15 edições. O dado está desatualizado e atenderam 266 catadores. Essas duas ações serviram de referência para que eu fosse para uma pós-graduação e fizesse um acompanhamento de fato com o catador autônomo. Eu estou bastante nervosa, vocês me perdoem... A expectativa da pós-graduação era conhecer, valorizar e aproveitar o trabalho dos catadores autônomos e de sucateiros no distrito de São Mateus. Dentro do plano de gestão de resíduos sólidos da cidade, o sucateiro apareceu bem discretamente. Na verdade, como um grande vilão. Muitos dizem que ele é um grande vilão, mas a gente também precisa entender que ele também é um agente de recuperação de resíduos, que não permite que seja enterrado; então ele é um personagem importante também dentro dessa linha de recuperação. E a tese que eu defendi foi nesse sentido. E o meu primeiro contato, após várias tentativas de abordagem dos catadores nas ruas, e eles me ignorando totalmente, o único meio que eu encontrei para dialogar com eles foi por meio do sucateiro, porque é um lugar que eles vão todos os dias para vender os seus materiais. Então, o sucateiro neste caso, eu



entendo, é uma porta que o Poder Público também precisa mudar o olhar. Eles podem até ser vilões, mas eles podem ser grandes parceiros na recuperação dos materiais da cidade. Aqui são os meninos e a menina que participam do projeto e que estão sendo acompanhados há dois anos com reuniões mensais. Para a gente chegar, para poder acessar o catador, você precisa ir até o ambiente em que ele está para de fato para você conseguir dialogar. Então foram feitas visitas na casa de todos eles, foram mapeados tudo por onde ele passa. A gente começou a entender por que eles não querem atuar em cooperativa. A gente costuma dizer em São Mateus que catador é bicho solto, que quer andar e quer ter o direito de não estar numa cooperativa. Em muitos casos, no caso desses que foram pesquisados, a necessidade diária não permite que eles estejam numa cooperativa porque eles precisam vender o almoço para pagar o jantar. Então eles coletam de manhã para garantir o almoço. Coletam de tarde para garantir o jantar. Então, esse é o grande problema que foi identificado dentro da pesquisa, que é a falta de recurso para sobrevivência, que faz com que eles vivam fora da cooperativa, porque o sucateiro compra material e paga na hora. Pouco ou muito, mas paga na hora. E aqui a proposta foi mapear a casa onde os catadores moravam e as ruas que eles percorriam, com a proposta de unir pontos existentes nesses entornos para fomento do trabalho deste catador que atua dentro do projeto. Então, o sucateiro foi o nosso ponto de partida, mapeamos as casas, cada endereço, as ruas que cada catador percorre; está no mapa que vai ser apresentado aqui na sequência. Dentro desse espaço geográfico foram identificados e cadastrados espaços educadores: escolas, igrejas, onde quer que reúna pessoas a gente considerou como um espaço educador, não só escola. E identificamos também o ecoponto. Também seguindo na linha da Cristina, eu acredito que o ecoponto é um grande equívoco que nós temos na cidade, é um espaço mal aproveitado. Ele precisa ser de fato reorganizado. E permitido que não só a população possa entregar outros tipos de resíduos, mas que os catadores também possam usufruir desse espaço público, que fica, na maioria das vezes, ocioso e ele poderia ser inclusive um ponto de apoio para o catador separar o seu material, ter um espaço seguro e não ficar no meio da rua. Então, os Ecopontos da



região de São Mateus também foram mapeados. Dentro da convivência com os catadores e percebendo a dificuldade da alimentação, a gente propôs também que esses catadores pudessem receber espaços para o cultivo de horta, para melhorar a sua alimentação e, quem sabe, na produção, adquirir um produto para vender e melhorar e ter uma outra renda que não a catação. E também foram mapeados dentro da Prefeitura de São Mateus espaços para possíveis implantação de hortas. Sábado foi publicado um dos espaços que nós solicitamos... Foi publicado e a gente está aguardando para fazer a implantação. Eu falei que esses botõezinhos comigo não dão certo, nunca dão. A região pesquisada foi só dentro do Distrito de São Mateus. São Mateus é constituído por Iguatemi, São Rafael e o distrito Central de São Mateus. Os catadores selecionados para participar - não foi bem selecionado, foi os que aceitaram mesmo atuar - são moradores do distrito de São Mateus. Tem luzinha aqui? Os pontos azuis são as ruas, os pontos azuis com números são as ruas que os catadores percorrem. Ali, o azul mais escuro com símbolo de reciclagem foi o ponto inicial, que é o sucateiro, de onde partiu as ações. As casinhas amarelas são as residências dos catadores e os espaços da cor vinho são as escolas, os espaços educadores. A proposta do projeto consiste em visitarmos esses espaços educadores, sensibilizá-los, apresentarmos os catadores que andam nesse trajeto para que esses espaços separem os materiais recicláveis e entreguem para os catadores. Essa é a proposta da tese. Dentro da Prefeitura Regional de São Mateus, a gente vai montar um projeto-piloto com orientação do Fernando, nosso Prefeito Regional. Nós vamos fazer um projeto-piloto com dois dos onze catadores participantes, para fazer a medição e a viabilidade da ação na prática. E aqui vai ser a área onde nós vamos fazer o projeto-piloto dentro do distrito de São Mateus. Vão ser os catadores Wagner e o Adelino, que andam nesse distrito. Eles coletam mais resíduo comercial, eles andam mais na avenida principal, que é a Avenida Mateo Bei, que é a avenida comercial de lá. Dentro desse projeto-piloto, a gente vai pegar as ruas transversais e de residências para fazer essa sensibilização. Dentro dessa ação, os escoteiros vão ser nossos parceiros para andar de porta em porta e universitários, para fazer a sensibilização. O projeto começou há mais de dois anos e um pouquinho e aqui são



alguns resultados que a gente já obteve que é o Site do Catador e aqui está, dentro do Site do Catador, está a vida de cada um deles, o trajeto que eles percorrem e aí vocês podem visitar e conhecer mais. Dentro do projeto Mais Catador, nós lançamos em fevereiro de 2007 a campanha para coletar resíduos de higiene bucal. Isso também tudo para ser revertido para o projeto dos catadores, a "Campanha Recicla e Limpa". Nós distribuímos potes, nós aproveitamos potes da Herbalife, colocamos a etiqueta e entregamos para os munícipes, para que eles guardem os seus resíduos e, mensalmente, a gente recolhe isso lá na região. Por enquanto ainda está bem restrito dentro do condomínio Santa Bárbara e algumas residências das imediações. Aqui o evento que a gente fez com os escoteiros e aqui a nossa turminha e o nosso contato. É isso, obrigada.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Vamos abrir para as considerações dos Conselheiros. Ângelo... Alguém mais quer se inscrever? Cristina, Andrea. Ângelo, por favor.

Cons. Ângelo Iervolino - Eu acho que todo trabalho feito para a gente aumentar o volume de recolhimento de material reciclável é louvável. Eu estou nesse segmento desde o ano 2000. A SAL, junto com o Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste, com parceria do SESC Itaquera, nós fazemos reunião mensal e nós iniciamos, quando nós iniciamos, não existia cooperativa; era somente catadores avulsos, que quiseram estar junto com a gente e acabaram aderindo às cooperativas. Todas as cooperativas oficiais da Zona Leste saíram de dentro do nosso programa de coleta seletiva. Hoje a gente vê mais resistência e até a gente, na época do Presidente anterior da LIMPURB, AMLURB, a gente até falou nesse problema da questão, da necessidade de eles de se alimentar e solicitamos talvez adiantamento de uma verba para que a gente pudesse estar pagando para eles uma quantia pelo trabalho feito por dia e depois descontasse no fim do mês. E a gente sabe outra questão, ele mesmo reconheceu, é questão que eles querem trabalhar soltos. Eles querem fazer o trabalho do jeito que eles querem, a hora que eles querem e, eu como disse no começo, qualquer coisa que é feita para tirar e evitar que esse material vai para o aterro é louvável, mas a gente tem que ter um



pouco de disciplina, tem que ter um pouco de disciplina, inclusive, a gente está tentando novamente falar com a AMLURB, até o filho do doutor Eduardo, o João Carlos, ele faz parte de um Conselho junto no qual a Delaine também faz, que eles fazem parte, que eles ajudam a fiscalizar o dinheiro das mega centrais e a gente sabe que essa questão da coleta não é de hoje. Nós temos muita dificuldade. Mesmo as cooperativas organizadas estão tendo... uma hora falta de material, e a gente está à disposição para ajudar e as portas estão sempre abertas para os catadores, se quiserem aderir ao sistema. Obrigado.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes - Cristina Antunes, SAJAPE. Sueli, eu fico assim encantada de ver você ir fazer uma pós-graduação com um tema tão difícil, porque você está lidando com gente, você não está lidando com um tema, com uma ideologia, com a filosofia. Você está lidando com gente no dia a dia. Há muitos anos, a gente esteve lá em Paraisópolis para tentar articular, na verdade para tentar conhecer, tentar entender essa rotina dos catadores. Eles são muito arredios, muito arredios e, de fato, não querem se cooperar. Por outro lado, eles disputam entre eles. Um deles dizia: "Nossa, eu tenho que ir embora porque senão, quando eu chegar lá, o meu vizinho aqui já pegou tudo que eu vou pegar". Então é um mundo hostil para eles, é uma vida complicada. Sai de madrugada, arrastam aquele carrinho por horas. A gente tem dois, três que são mais conhecidos lá na nossa região. Eu fico pensando como é que esse homem aguenta passar o dia puxando essa carroça. Então quando nós fizemos as propostas de planos de meta para Santo Amaro, a gente considerou - sem dizer qual a ação seria - mas uma ação de ascensão social para os catadores. Mais do que o resultado do trabalho deles, a forma como eles trabalham, porque, realmente, eles são hostilizados na cidade. Eles atrapalham o trânsito, eles se expõem, eles carregam um fardo que é impensável para uma pessoa saudável. Muitos deles nem são saudáveis, nem tem saúde para tudo isso. Então eu te pergunto assim: ao lado de todo esse trabalho, existe essa inquietação? Há pouco tempo circulou pela internet uma matéria pedindo apoio para uma dessas listas, para proibir que os catadores



usassem cavalos. E eu fiquei pensando bom, então,... Cavalo é um animal de tração, então, faz o homem puxar o cavalo. Às vezes adolescentes ou idosos puxando carroça. O que me chama atenção nisso é esse lado do que seria uma ascensão social por esse aspecto. Lá quando a gente foi a Paraisópolis, a intenção era mecanizar, vai, os catadores, e a gente não conseguiu avançar. Houve realmente muita resistência, até hostilidade, né, porque a gente chegou lá assim para descobrir o que é que acontece. Você já avançou milhas nesse processo. Agora, como você vê essa possibilidade de dar mais esse salto com os catadores? Que eles não atuem em como animais de carga?

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Conselheira Andrea.

Cons. Andrea - Bom dia, Andrea, da SMSO. Primeiramente, queria parabenizar a Sueli. O seu trabalho é de uma sensibilidade muito grande e, muito na linha do que a Cristina acabou de falar, eu entendo que é um trabalho além do trabalho de resíduo em si. O resíduo é um mote para a gente estar discutindo uma questão muito séria, que é o ser humano. Lembrando que o ser humano é parte do meio ambiente e, diferente do que muitas pessoas imaginam, não é só a árvore, não é só, enfim, a água, mas o ser humano também. Então eu acho que é um trabalho importante e é um trabalho de meio. Imagino que assim, é um processo de resgate e requalificação de um ser humano, da vida de um ser humano que pode usar essa ação da catação como uma forma de sobrevivência. E vindo na linha do que a Cristina também comentou, nos faz parar para uma reflexão: o quanto é importante que a gente entre com outras ações durante esse processo, na vida dessa pessoa, para que ela talvez enxergue uma outra possibilidade na frente, de que não seja essa a única forma de ela sobreviver. Aí eu queria perguntar, saber, como foi a seleção desses dois catadores, do Wagner e do Adelino, para fazer o projeto-piloto? Você tinha dez ou onze, você selecionou dois. Então imagino que quando você se aproxima deles, você começa a ter mais liberdade até de perceber ações que podem ajudá-los e, eventualmente, enxergar uma vida diferente, ajudando eles nessa área, nessa trajetória.



Edson Bueno (Secretário Executivo) - Conselheira Rosa Ramos. Na sequência, a gente vai passar para a Sueli, para responder.

Cons. Rosa Ramos - Bom dia, Secretário, bom dia a todos. Eu quero, inicialmente, também parabenizar pela iniciativa da Conselheira trazer esse tema tão importante aqui para o Conselho, e pela ordem do dia, isso aqui era simplesmente uma exposição, mas eu acredito que o objetivo seja discutir isso com o Conselho, para saber, talvez estabelecer outras políticas públicas, implementando aqui na Secretaria. Coincidentemente, hoje de manhã eu recebi de um projeto em Santos, que eu acho que se alia bastante a essa questão. Secretário, em Santos foi implementado lá hoje, aliás, será a partir de terça-feira, um posto de troca de resíduos – papel, vidro, metal, plástico - por pontos para desconto no comércio. Foi feito uma parceria com todo o comércio, onde os catadores, enfim, todos os que trabalham nessa área, não são só os catadores, mas que eles possam trocar isso no comércio por pontos e, acumulando esses pontos, trocando por produto. Eu acho também uma ideia interessante, porque como o Conselheiro falou, o que eles precisam ,é de recursos, seja que custo for. O que eles fazem diariamente e na busca da socialização como a senhora colocou, enfim, e de ter o ganha-pão deles do dia a dia, muitas vezes exatamente trabalhando na hora do almoço para pagar o jantar. E o que eu acho que a gente deve procurar fazer é ver o lado econômico, financeiro dessas pessoas de imediato, porque é o que eles de imediato também necessitam. E coincidentemente também hoje na FIESP teremos um evento na parte da tarde que é aberto ao público - faço o convite a todos aqui - exatamente sobre os resíduos urbanos. Algumas ONGs, algumas associações estarão lá reunidas para discutir esse tema. Fica aqui o convite, aberto a todos. A partir das 14 horas, na FIESP, na Paulista. Eu vou abrir aqui o evento com um pouco mais de detalhes e passo depois para a Senhora exatamente, mas a FIESP agora, inclusive, ela facilitou. Antes você tinha que passar por um credenciamento, tudo... Hoje não. Hoje, a entrada para os eventos você só se identifica e ele já encaminham, já tem um painel identificando os eventos do dia, então, é aberto para quem se interessar.



Cons. Sueli Rodrigues- Eu esqueci de citar duas situações: a primeira é que dentro da pesquisa, na busca de encontrar um caminho para oficializar o trabalho do catador autônomo dentro da legislação estudada, foi identificada a possibilidade de atuação deles como MEI. Então, dentro desse grupo que a gente está acompanhando em São Mateus, nós temos fomentado essa questão; porém, ainda precisa de alterações dentro da lei da própria cidade de São Paulo. Hoje nós temos algum exemplo de que é possível trabalhar como MEI, mas a partir do catador estar dentro de uma cooperativa, que é um sistema bem complexo. A ideia de trazer a exposição, de apresentar aqui, era exatamente isso: buscar forças para avançar nessa questão da discussão do catador autônomo, como inserir tudo que é coletado pelo catador autônomo e vendido para o sucateiro dentro do número de recuperação da cidade, porque o volume é muito grande e esse número não é contabilizado. Então nós temos números... Dentro do potencial da cidade, é vergonhoso o número de recuperação de materiais. Então a pesquisa buscou meios de inserir essa recuperação que ocorre sem ser oficializada. É inserir o sucateiro e os catadores autônomos e a possibilidade do catador autônomo é de trabalhar como MEI, recolher seus encargos e isso a gente está buscando organizar com os catadores em São Mateus. Dentro do que a Cristina perguntou: a ascensão social. A ideia da formação do grupo era mesmo mostrar que é possível, sim, mesmo ele não gostando de atuar em cooperativa. Só por estar dentro de um grupo, a troca vai poder permitir isso. Na gestão anterior, foi buscado o contato com o Serviço Social da cidade, que a ideia era inserir eles dentro das políticas públicas de assistência social. Simplesmente nós não fomos nem recebidos. Eu não consegui citar nem isso dentro da tese, porque a Assistência Social disse que não era com eles, que isso era com a AMLURB. E a AMLURB também não nos recebeu, então, está parado. Eu particularmente acredito muito que a gente consiga fazer grandes encaminhamentos aqui. E a ideia é quando você fala de ascensão social, o que é de verdade uma ascensão social? Isso é muito relativo. Para cada pessoa tem uma visão do que é ascender socialmente. Então, é bem relativo. A gente precisa também respeitar o que ele entende como ascensão social. Por exemplo, um prato de comida lá na mesa dele é uma grande



ascensão, por que pode ter sido no outro dia ele não ter conseguido se alimentar. Mas a gente está buscando encaminhar junto ao Serviço Social. Na questão da Andrea, por que o Adelino e o Wagner? A Prefeitura vê números em tudo o que ela faz, porque ela gosta de números. O Adelino e o Wagner são os catadores que mais coletam diariamente. Eles coletam em torno de 700 kg. Eles arrastam o carrinho com 700 kg. A ideia é que eles possam, sim, ser a referência, para que dê uma luz na Prefeitura e que ela volte a olhar para o catador autônomo e que passe, de fato, a mensurar isso, a perceber o quão é valiosa a contribuição dos catadores autônomos para a recuperação de materiais dentro da cidade. Então por isso o Wagner e o Adelino. E o Senhor Adelino tem 68 anos e ele arrasta 700 kg de material por dia. Em relação à Rosa, da OAB, nós tentamos fazer um contato com o comércio da região e nem era para dar desconto, nem nada. Era só para doar os materiais para os catadores. A gente mora numa região bem complicada. Os próprios comerciantes vendem os materiais. Eles não doam porque eles separam os materiais, armazenam no estoque e eles mesmos vendem para eles mesmos. Agora a gente está retomando a conversa, mostrando que a necessidade do catador é muito maior do que a dele, empresário. Então a gente está retomando essa conversa, mas a ideia do desconto é muito boa. Eu esqueci de falar uma coisa, deixa eu só lembrar. Nós realizamos um seminário no dia 3 no SESC Itaquera e dentro desse seminário nós organizamos uma exposição fotográfica. Então, durante esses dois anos, a gente registrou, eu não coloquei no slide, infelizmente, mas está no site do Mais Catador. Durante esses dois anos, todo o acompanhamento que a gente fez, nós fotografamos e gravamos em vídeo e apresentamos isso no SESC Itaquera e eles foram lá se ver na exposição. E esse foi um momento bem interessante também. Também está no site. Obrigada.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Nós estamos já extrapolando um pouco o tempo; nós temos inscrita a Cristina. Alguém mais vai querer falar? Então estão encerradas as inscrições. Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes - Cristina, SAJAPE. Sueli, nós fizemos num projeto de compostagem lá do ecoponto, a gente trouxe catadores que moram em albergues



lá em Santo Amaro. Nós fizemos eventos diferentes para estudantes, para donas de casa, para empregadas e tal e nós trouxemos catadores também para tentar ambientá-los ao ecoponto. A intenção era que eles pudessem levar os materiais ao ecoponto e aí a gente criar, instituir uma troca. A troca seria por alimento, uma cesta básica, quer dizer, eles não vão vender o material lá, mas todos os catadores que levassem lá iam ser cadastrados e iam receber alimentos. Tem o banheiro lá, podiam tomar um banho, podia, enfim... Era uma questão de conforto, de facilidade, eles poderiam, pela região, parar em vários Ecopontos para fazer isso porque eles não teriam que carregar 700 kg durante o dia. E mais uma vez, o contrato da AMLURB não permitiu. Mas a gente tem a esperança de que a gente consiga mudar isso daqui. O ecoponto é um lugar que recebe todos os materiais que os catadores recolhem e eles poderiam fazer essa permuta na verdade por alimentos. Então, eu não sei se é possível a gente tentar juntas, né, uma coisa assim nesse sentido, porque realmente é um desperdício de espaço, porque o ecoponto está lá, não está ocioso; os nossos Ecopontos não ficam ociosos não, mas têm muita capacidade para receber. E outra vez, o interesse dos concessionários é ter peso a mais para levar para o aterro. E o outro comentário é esse. Você fala, eu me arrepio ainda mais: uma pessoa carregar, arrastar 700 kg. A gente precisava pensar numa alternativa para isso, quer dizer, lá em Santo Amaro, durante um tempo, houve, tinha 3, 4 carrinhos, "picapezinhas" motorizadas, lógico, mas, velhas, caindo aos pedaços -, mas que poupavam essas pessoas de arrastar, né? Eu tenho um sobrinho-neto que me perguntou uma vez "Vó" - ele viu um catador e falou assim: "Cadê o cavalo?"

Edson Bueno (Secretário Executivo) – Conselheiro Walter.

Cons. Walter Pires - Bom dia a todos. Walter Pires, Secretaria de Cultura. Quero cumprimentar também. Se você estava nervosa, a apresentação não demonstrou isso. Plenamente clara. É uma questão bem rápida. Apesar de ser um meio de trabalho na franja da sociedade, a quantidade de catadores em São Mateus. Você conseguiu aferir isso? Esse universo de 11 ou 18 que você entrou em contato, quanto representa nesse universo de trabalhadores desse tipo? As cooperativas também, a



quantidade de pessoas envolvidas, se há um levantamento disso em relação não só a São Mateus, mas às outras Subprefeituras. Eu não conheço esse universo, mas acho interessante pautar em breve uma apresentação de alguém que pudesse um pouco mostrar esse universo total, até para pensar em outras alternativas de política; talvez já até tenham sido discutidas no passado, eu não estava presente, um pouco esse número de pessoas envolvidas nesse processo no caso de São Mateus que você conhece melhor, e se isso se reproduz em outras Subprefeituras, da mesma maneira, (inaudível) O comportamento desses grupos e informações de outras áreas da cidade (inaudível).

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Sueli.

Cons. Sueli Rodrigues - Inicialmente a Prefeitura Regional de São Mateus fez um cadastro de catadores, né Ângelo, e como não tinha política pública a ser oferecida, esse cadastro ficou lá na gaveta e deve estar lá até hoje. Eu não fiz um panorama geral da região, eu estava bem focada mesmo, por conta da defesa da tese, então, eu estava focada dentro do distrito de São Mateus. Mesmo dentro do distrito de São Mateus, foram visitados dezenas de sucateiros. Nós não temos cooperativa no distrito de São Mateus. Foram visitados dezenas de sucateiros e apenas um se prontificou a deixar eu fazer plantão lá para fazer a abordagem. Dentro dessas abordagens, foram cerca de 70 catadores abordados, e apenas 11 se prontificaram a me permitir fazer um acompanhamento ao longo dos 18 meses. Realmente é uma área difícil, a gente não consegue mesmo conversar, eles são muito ariscos, como a gente diz no Paraná, então, é bem complicado mesmo. A ideia, lógico, o ideal, era ter um estudo, com dados mais fortes, mais precisos, mas, a pesquisa com eles é bem complicada. E o sucateiro... Eu não consigo entender bem o sucateiro. Se o cara está trabalhando direitinho, por que é que ele tem resistência? Eu entendi que aquele que tem resistência é porque não está trabalhando direitinho. Então talvez também dentro da questão do sucateiro, a gente precisa, dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ele está inserido no PGIRS, mas ele não está claro qual é o papel dentro dessa recuperação. E isso também está dentro do que foi defendido lá na universidade, de que ele precisa ser



sim, um ator e para isso a lei precisa ser mudada, para que seja reconhecido; conseqüentemente, a gente consegue regularizar os sucateiros e inserir eles no sistema e de forma legal.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Ok, agradeço a Conselheira Sueli Rodrigues pela apresentação. Passamos agora para o terceiro ponto da ordem do dia, que é a apresentação sobre "Relatório de Sustentabilidade da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, como ferramenta de transparência e direcionadora de políticas públicas". Quem vai apresentar é o senhor Mauro Przewozinki do Departamento de Planejamento Ambiental, DEPLAN, da Secretaria do Verde. Lembramos que o Senhor tem 30 minutos para a exposição.

Mauro Przewozinki - Bom dia a todos. Eu sou do Departamento de Planejamento Ambiental, sou diretor de informações ambientais e dentro de todo o trabalho feito no Departamento, a meta da minha divisão é o desenvolvimento do Relatório de Sustentabilidade, uma plataforma de acesso às informações. O Relatório de Sustentabilidade, ele já é bastante conhecido dentro de todas as pessoas que trabalham com sustentabilidade e com meio ambiente, mas ele tem uma restrição ainda quando relacionado com a questão do ambiente público. Poucas cidades no mundo fizeram o seu Relatório de Sustentabilidade e isso está se transformando aos poucos. As ferramentas e as metodologias estão começando a ser adaptadas para que o ambiente público possa interagir um pouco mais com isso. Para é que serve o Relatório dentro do ambiente da Secretaria? Primeiro é uma prestação de contas das iniciativas municipais, principalmente fazendo a integração com o compromisso da sustentabilidade e um exercício de fortalecimento da democracia, para que a gente possa também colocar mais transparência nas informações relativas ao meio ambiente da nossa cidade e que isso dê mais credibilidade. Então dentro do Relatório, a gente pode elencar - eu vou elencar para vocês alguns objetivos estratégicos externos e internos com um pouco mais de detalhe, mas de forma geral o que é que acontece. O relatório em si, que é um documento que vai ser publicado, que contém todas as informações, ele tem que ter uma periodicidade para a gente refletir sobre as informações e atualizar o que está



sendo feito. Quando a gente chegou na Secretaria, agora no começo do ano, com a nova gestão, buscando todas as informações para organizar, para entender o panorama, para saber a regionalização de todos os problemas ambientais, foi uma dificuldade muito grande da gente encontrar essas informações de uma maneira organizada. A gente costumou falar no começo que a gente não tinha um banco de dados, mas a gente tinha um bando de dados. São várias informações que a gente não conseguia cruzar, que a gente não conseguia rastrear da onde elas estavam vindo, de quanto tempo existiam aquelas informações. Então, voltando um pouco ao objetivo do Relatório. Primeiro internamente para Secretaria do Verde: ela é um mecanismo estratégico para que a gente consiga desenvolver processos, para que a gente entenda a informação, saiba aonde está a informação, quem produz essa informação; em suma, dar um fluxo para essa informação, para introduzir uma cultura de informação, seja ela através de metadados, seja ela através dos dados georreferenciados, que é uma carência que a gente tem muito grande na cidade. A gente precisa entender que são "n" problemas ambientais, mas que as regiões variam na sua intensidade, variam em suas características e elas têm que ser tratadas dentro da especificidade de cada região da cidade. Externamente, o Relatório, ele vai ser essa prestação de contas com a sociedade, vai trazer atração de investimentos. Eu vou esmiuçar um pouco mais essa questão da atração de Investimentos com um exemplo. Existe um banco na Suíça que ele faz investimentos só em questão de sustentabilidade e questão do desenvolvimento sustentável e meio ambiente e um dos requisitos que ele tem, ele indica aonde os investidores do seu capital podem colocar o dinheiro nas questões de sustentabilidade. Uma das coisas que eles levam em consideração é um Relatório de Sustentabilidade. Então, ele passa essa credibilidade para o mercado e todos nós sabemos que a situação financeira que a gente passa, pessoal e também do ambiente público no país, ela não é satisfatória, ela não é positiva; então, nós temos uma eminente necessidade de buscar investimentos de fora do país e de entes privados. Como eu falei antes, a questão... a gente vai usar uma metodologia que se chama GRI - nos slides mais para frente eu vou explicar um pouco sobre essa



metodologia. Essa metodologia ela é muito difundida já no ambiente privado. Todas as grandes empresas que se preocupam com o meio ambiente já publicaram algum Relatório de Sustentabilidade e isso fez com que o GRI também percebesse que ele também deveria entrar no ambiente público, fazendo as suas adaptações. Por que a metodologia do GRI foi escolhida? Exatamente para que a gente consiga estreitar esse diálogo. A partir do momento que o ambiente público consegue traduzir as suas ações e consegue falar o mesmo idioma que o mundo corporativo, nós conseguimos influenciar cada vez mais não só a política pública, mas também a política do desenvolvimento sustentável das empresas. E, em contrapartida, aproximação delas, para que a gente consiga desenvolver melhor e contar com a participação deles na iniciativa pública. Os diálogos com a sociedade através da transparência... Nós temos uma Comissão, que teve a sua primeira reunião no dia 11. A ideia do Relatório como meta da Divisão Técnica de Informações Ambientais vem desde o início da gestão, vem desde o início de janeiro. De janeiro até julho, nós tivemos diversas reuniões, reunindo os parceiros para conseguir uma força-tarefa externa para nos ajudar, com pessoas mais experientes na elaboração do Relatório. O próprio GRI, que tem sede mundial em Amsterdã, deu a sua autorização para o auxílio à Secretaria, *pro bono*, então, nós temos uma pessoa do GRI que está nos acompanhando em todas as reuniões. Contamos também com a parceria da SANASA de Campinas, que cedeu a profissional que fez dois dos três Relatórios de Sustentabilidade de cidades do Brasil. Foram feitos em 2011 o do Rio de Janeiro, por causa das Olimpíadas, que não teve continuidade, foi um Relatório único. Tem o relatório da SANASA aí de Campinas e de Jundiaí. Esses Relatórios da SANASA de Campinas e de Jundiaí foram feitos pela mesma profissional, que é quem está nos acompanhando para ajudar nessa adaptação da metodologia para o ambiente público. E o diálogo com a sociedade eu vou explicar mais para a frente o que eu quero dizer com isso e aonde a gente vai amarrar. Os objetivos internos é também, além da gestão da informação e do fluxo da informação e a cultura da informação, empoderar a Secretaria. A partir do momento que a gente tem um processo participativo, que todos os Departamentos vão estar juntos e perceber qual é o fluxo dessa



informação, essa informação começa a ser pertencente a todos eles, a todos nós, e isso faz com que o entendimento seja melhor e que o desenvolvimento de programas e políticas tenha uma base sólida para o entendimento de todo mundo e faça com que todos os colaboradores incentivem isso. Prestação de contas ao TCM, nós temos também a Lei do Desempenho Ambiental e todos esses indicadores vão estar contemplados no Relatório. Inclusive, foi uma colocação do TCM na última resposta deste ano que nós enviamos com os indicadores de desempenho, solicitando que, nos últimos anos, não havia uma coerência entre os dados, eles não estavam batendo, eles não estavam com uma lógica, que fosse sequencial, que você conseguisse olhar de 2011, de 2012, 2013 e falasse Ok, está acontecendo isso, essa é a tendência porque houve essa quebra. Foi uma sugestão deles que nós fizéssemos algum tipo de relatório, algum tipo de metodologia que garantisse esse padrão. Isso foi feito depois da nossa decisão de fazer o relatório, então, também estamos em equilíbrio com aquilo que é solicitado ao TCM, além de atender a Lei de Acesso à Informação, que vai ser através da plataforma digital, que também é meta da Divisão Técnica de Informações Ambientais, junto com o Relatório de Sustentabilidade. A metodologia que a gente vai usar é a metodologia do GRI, GRI é *Global Reporting Initiative*. Como eu falei para vocês, é uma metodologia muito difundida já no ambiente corporativo, eles estão trabalhando com isso já há quase 20 anos, têm bastante experiência. E alguns pontos que fizeram a escolha pelo GRI - os principais que eu vou esmiuçar mais para a frente; é a questão da comparabilidade e da materialidade. E o GRI, ele exige que os nossos dados eles sejam confiáveis, ou seja, que nós demonstremos da onde eles vêm, qual foi a análise, para onde eles vão, para que é que eles servem, que eles tenham clareza; então, não pode ficar dúvida sobre o que significa aquilo. O mapa das partes interessadas, então, todas as pessoas que estão envolvidas com aquilo... Neste momento, o relatório que nós estamos fazendo é um Relatório de Sustentabilidade da SVMA, mas nós temos como objetivo - eu vou mostrar o cronograma mais para a frente - de, nos anos seguintes, a gente fazer um Relatório de Sustentabilidade do Município, que a gente conte com todas as Secretarias, então, nesse momento está funcionando como um estudo de caso, a gente está verificando todas as



ferramentas e o desenvolvimento, como ele tem que se dar dentro da Secretaria, e como nós acreditamos que ele vai ter muito sucesso, vamos tentar replicar nos próximos anos para a Prefeitura. A questão importante também aqui do equilíbrio. O Relatório, eu costumo fazer duas analogias com ele. Primeiro o Relatório é como se fosse uma sessão psicológica, então, você tem que citar nele tudo que você está fazendo, claro, expor tudo aquilo que você está fazendo de bom, mas você não pode se esquivar daquilo que não está sendo bom, daquilo que está sendo errado. Então a gente tem que expor também aquilo que não está sendo positivo e propor o que vai ser feito. Então, a gente vai entrar também na questão de ter uma, uma periodicidade do Relatório, porque no Relatório seguinte você tem que retomar aquilo que você falou que não estava sendo bom, analisar o que você fez e entrar num ciclo de PDCA, que a gente vai planejar, fazer, verifica as ações, propõe novas ações. Isso vira um ciclo e isso virando um ciclo começa a ser parte do funcionamento da Secretaria e faz com que a cultura da informação seja estabelecida e consiga andar por si só. Então, os dois pontos que eu gostaria de ressaltar, que eu acredito que são importantes é a questão da comparabilidade. Então, na nossa análise, como eu falei no início, na nossa chegada na Secretaria, foi verificar essa questão dos dados e ver o que existia. E eu me deparei com o seguinte: as publicações anteriores, modernas, vamos dizer assim, contemporâneas da Secretaria, a gente pode dizer que nós temos em 2004 um relatório Geo Cidade de São Paulo. Geo Cidade é uma metodologia do PNUMA, que é a parte de meio ambiente da ONU e em 2008 a publicação de indicadores ambientais de gestão urbana, que foi uma publicação que sintetizava os indicadores do Geo Cidades. Os indicadores do Geo Cidades, se não me engano nós estamos falando de aproximadamente 167 indicadores que foram condensados para a publicação de 2008 em 6 indicadores sintéticos. Se a gente parar para olhar, em 2018, ano que vem, faz aniversário de 10 anos que nós não temos uma publicação em relação aos indicadores e é de fundamental importância que a gente tenha isso. Inclusive nos dois relatórios, na sua recomendação final, era que se estabelecesse uma metodologia cíclica de revisão desses indicadores e que isso fosse feito de maneira periódica. E que a gente pode observar que de 2008 até 2017, ano que vem



completando 10 anos, nós não tivermos essa revisão. É uma necessidade que nós façamos isso. E a materialidade, que isso faz parte da metodologia do GRI. A materialidade nada mais é que a gente se concentrar naquilo que é realmente importante. Então, de 167 indicadores, será que são todos importantes? Será que todos têm que ser trabalhados ao mesmo tempo? Será que não tem alguma coisa que ela é mais relevante para aquele momento do que outra? E como a gente vai fazer isso? Eu falei que a primeira analogia do Relatório de Sustentabilidade é que ele dê essa sequência. Outra, eu comparo ele a um diapasão. Então ele é que vai afinar as ações que a gente vai ter na Secretaria, ele é que vai amarrar as outras iniciativas. Hoje nós temos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, que são as metas até 2030 que entraram em substituição às metas do milênio da ONU e que esse é o carro-chefe. O que é o que eu quero dizer com carro-chefe? Tudo o que nós fizemos com relação a meio ambiente e sustentabilidade tem que estar lastreado com os ODS, porque os ODS são aquilo que é de mais abrangente, que é de mais recente que nós temos e que serve para que todos tenham a oportunidade de falar o mesmo idioma. Que esteja tudo alinhado dentro dos ODS eu cito também a integração com o Green Climate Cities, que é o GCC, que é a metodologia do ICLEI para a questão das emissões atmosféricas com o pessoal do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia. Os 10 princípios do Pacto Global da ONU, nós tivemos há duas semanas atrás uma reunião com o pessoal do Pacto Global, encaminhamos já a carta de adesão do Município para Secretaria de Relações Internacionais para eles checarem a documentação e que a gente possa aderir ao Pacto Global. E nós temos o PMVA, que é o Programa Município Verde Azul, que é uma iniciativa do Estado que define diversas diretrizes para qualificar os Municípios dentro do Estado quanto a sua relação com o meio ambiente. Então, existe uma classificação dizendo qual é o Município que tem mais aderência, qual é o que tem menos aderência, qual é o que tem mais iniciativas. E nós consideramos que o Município de São Paulo tem que retomar o seu protagonismo dentro desse programa e os indicadores ambientais e requisitos legais. Então, o que que o GRI vai fazer? O que é que a metodologia do GRI vai fazer? Ele vai amarrar tudo isso, porque não adianta a gente ter diversas instâncias conversando sobre os



mesmos temas, então, ah, um GT que cuida de água e clima aqui, nós temos um GT que fala de água e clima em outra instância e que, por diversas vezes, são as mesmas pessoas que participam, têm resoluções parecidas, mas que têm um desperdício de recursos porque elas não estão se conversando. Então, a ideia que, pelo menos dentro da Secretaria, a gente consiga alinhar esses cinco pontos de indicadores que são fundamentais para o bom desenvolvimento. Nesse momento, a Comissão que está cuidando do Relatório de Sustentabilidade está fazendo a correlação entre todos eles. Como eu falei, indicadores ambientais e requisitos legais com a questão da comparabilidade a gente está pegando os relatórios anteriores e fazendo a ligação com qual deles têm uma relação com os 17 ODS. Então, a Comissão do Relatório de Sustentabilidade que estão e dessa reunião, que foram convidados todos os Departamentos da SVMA, todos os Departamentos indicaram pelo menos um titular e um suplente para que a gente consiga permear a Secretaria como um todo e a gente consiga ter uma visão bem abrangente de tudo aquilo que nós fazemos. Decidimos que o lançamento do plano do Relatório se daria oficialmente em dois momentos: um, nesta Reunião, e o segundo momento a reunião do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia, que vai ser realizada semana que vem, por considerar que também são dois pontos focais muito importantes de contato com a sociedade civil. Para a composição dessa Comissão, nós temos o GRI, com a diretora brasileira nos acompanhando, autorizada pelo escritório do GRI de Amsterdã, o Pacto Global da ONU também está nos acompanhando, porque eles desenvolveram uma metodologia que chama Compass, que se adere a do GRI, para encaixar as 17 ODS dentro dos nossos objetivos, e os consultores externos, como eu falei anteriormente, que têm a experiência prévia no GRI para as cidades. Dentro desses consultores externos, a gente também está contando com pessoas que têm muita experiência nisso, de consultorias privadas, então, a gente está falando com KPMG - eles estão participando junto conosco - tem a Deloitte também, que está enviando para as reuniões pessoas que participaram do desenvolvimento do Relatório, e algumas outras consultorias ambientais que estão dando esse suporte para a gente conseguir tornar o Relatório uma realidade. Outra coisa fundamental, além da



integração, é que a gente tenha a participação da sociedade. Dentro da metodologia do GRI, o ponto principal que eles têm é o mapeamento das partes interessadas, além da materialidade, que são os pontos importantes que eu apontei anteriormente. Então, a ideia é que o nosso relatório ele amarre esses três momentos. Então é a Comissão do Relatório de Sustentabilidade, com o Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, e a Comissão Municipal para as ODS, que foi estabelecida pelo decreto do Prefeito do dia 5 de junho e que também é uma comissão paritária entre o ambiente público e a sociedade civil. E nós queremos nos aproveitar de toda a estrutura que todos oferecem, para que a gente consiga desenvolver o Relatório, e a gente vai ter maiores conversas com o pessoal dessa Comissão. O cronograma do Relatório é que a gente tenha a validação dele e o lançamento em março de 2018. Esse é um cronograma 2017/2018. A validação dos temas materiais até o final deste mês, assim como a definição dos grupos de trabalho, que já estão encaminhados; o mapeamento das informações; apresentação dos grupos de trabalho e o plano do Relatório. O plano do Relatório também já está pronto - por onde nós temos que caminhar. O treinamento do GRI, que também está sendo feito pela única empresa no Brasil capacitada pelo GRI para dar esse treinamento, que vai fornecer os certificados oficiais do GRI de Amsterdã para todos os funcionários de SVMA que realizarem o curso. Eles estão fazendo isso de uma maneira *pro bono* e colaborativa conosco. E a parte, vamos dizer assim, grossa do trabalho, que é o monitoramento, a organização do processo de gestão e a geração das informações. A nossa ideia não é fazer um trabalho exaustivo para o primeiro Relatório porque isso não é possível, mas sim ir arredondando todas as informações para os próximos Relatórios. Então, nós estamos em dia com o cronograma. Acreditamos que é extremamente possível o lançamento desse Relatório em março de 2018 e estamos aqui para fazer o lançamento desse projeto oficialmente que nós vamos seguir. Então era isso o que eu tinha para apresentar para vocês. Agradeço a atenção. Muito obrigado e eu estou à disposição para qualquer dúvida ou questionamento.



Edson Bueno (Secretário Executivo) - Algum Conselheiro quer se inscrever para falar? Então, vamos em frente. Célia?

Cons. Célia Marcondes - Olá, Célia Marcondes, da ECÓLEO. Esse grupo já está formado? Essa Comissão paritária? Quem são eles?

Mauro Przewozinki - A Comissão paritária ainda não está formada. A nossa intenção é de utilizar a mesma Comissão paritária que vai ser utilizada na Comissão dos ODS, que está sendo elaborado o edital para formação dessa Comissão. Por enquanto, a Comissão que nós temos é a Comissão interna de SVMA, que conta com todos os Departamentos.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Agradeço ao Mauro. Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes - Cristina Antunes, SAJAPÉ. Eu ia perguntar a mesma coisa que a Célia perguntou com um pouco mais de profundidade. Quem está neste universo onde vão ser escolhidos os representantes para essa Comissão Municipal? E qual é o prazo para isso. Como vai ser esse chamamento?

Mauro Przewozinki - Como eu falei anteriormente, a gente quer usar essa parte de uma Comissão paritária com a estrutura do Comitê dos ODS. Dentro da criação, do Decreto de criação do Comitê das ODS existe um período, se não me engano de 90 dias, para ser feita esse edital e o chamamento público, para que as pessoas possam participar. Então, ele ainda não foi realizado. Ele está dentro desse período, desse prazo dos 90 dias. Não, ainda não. Está dentro desse prazo de 90 dias. Vai sair, no máximo em 90 dias, se não me engano.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Já foi assinado o edital pelo Secretário, deve estar saindo nos próximos dias. Agradeço então, ao Mauro pela apresentação e passamos então, agora para o quarto ponto da ordem do dia. O Secretário vai falar sobre o Parque Augusta e sobre o combate ao desmatamento na cidade de São Paulo. Por favor, Secretário.

Secretário Gilberto Natalini - Como já está bem adiantado, eu vou ser muito conciso. A pedido da Célia Marcondes, eu vou fazer um resumo de informação



sobre o andamento da implantação do Parque Augusta, que já virou matéria de jornal, já tem editorial contra, já tem gente reclamando que o parque vai sair, "Meu Deus, por que é que vai sair esse parque?", esse parque não devia sair, era só um sonho que não podia se concretizar, mas vai se concretizar; doa a quem doer. Como é que está a situação? O Prefeito decidiu, junto com os Promotores, foi aos Promotores, decidiu fazer o Parque Augusta acontecer, o Prefeito João Doria. Saiu de lá, anunciou isso e qual foi a metodologia que ele indicou, que ele está seguindo. O terreno do Parque Augusta será permutado com os donos do terreno do Parque Augusta por um terreno assemelhado em outro canto. E as empresas que são donas do terreno do Parque Augusta na troca elas serão obrigadas a fazer uma série de iniciativas num valor financeiro de até R\$ 30 milhões. Então, o cálculo do terreno... já tem dois ou três terrenos em vista, que estão sendo avaliados. Tem uma Comissão formada pela Prefeitura, várias Secretarias, nós do Verde não fazemos parte dessa Comissão de troca de terreno - e nem queríamos fazer - são outras Secretarias mais afins a essas questões. Nós do Verde estamos fazendo, sim, a preparação do projeto do Parque. Aí é nossa praia. Essa coisa de trocar terreno não é muito a nossa expertise. Então, a Secretaria de Justiça, a SMUL, que está participando e a Secretaria de Fazenda, representantes das empresas e Ministério Público, que está acompanhando passo a passo, tudo. O Ministério Público é grande brother que está acompanhando tudo. E tem um quarto elemento, que é o Poder Judiciário, porque toda essa negociação da troca do terreno ela está sendo acompanhada pelas Secretarias, cada Prefeitura indicou um perito, as empresas indicaram um perito e o Ministério Público está acompanhando através do CAEX, que é um órgão próprio do Ministério Público. Tem perito do Ministério Público acompanhando também. Quando fechar o acordo, que não deve demorar muito, isso será batido o martelo nos autos dos processos que têm com a Juíza que comanda os processos e, obviamente, a Juíza também vai ter um quarto perito que vai também avaliar a troca. Essa conversa que saiu ontem nos jornais, maledicente, de que a Prefeitura está facilitando as empreiteiras, trocando um terreno não sei o quê por um terreno não sei o quê, só se a Prefeitura enganar o Ministério Público e enganar a Justiça e a sociedade, que está acompanhando também, mas são



órgãos públicos extremamente importantes que estão diretamente ligados. Não está só a Prefeitura e as empresas fazendo isso. Isso foi uma decisão do Prefeito para dar transparência e para dar mais robustez ao processo. Na parte dos projetos, como vai ser o Parque? Então, o que foi feito. Nós já fizemos seis reuniões da Secretaria do Verde com a sociedade civil, seis. Na sociedade civil vieram quatro projetos, não, cinco projetos. Veio o projeto da SAMORCC, que a Célia pertence, um projeto muito bem feito, muito bem caprichado, a proposta de projeto, e mais o Movimento Parque Augusta, do qual a SAMORCC é importante e membro, mas tem outras pessoas. Eles vieram cada um com o seu projeto embaixo do braço. Foram cinco no total e entregaram para SVMA. Qual foi o trabalho que o nosso DEPAVE 1 teve? Foi conciliar as ideias dentro da legislação do que é um parque. Porque para ser um parque tem todo um regramento que existe de legislação, que diferencia parque de praça, parque de área verde, então o pessoal trabalhou, compilou um projeto único, aliás, no decorrer do processo a SAMORCC manteve o projeto deles, a proposta, e aqueles quatro que vieram separadinhos se juntaram num só. Então, nós juntamos aqui num só, para facilitar e aí, na verdade, afinou para dois e a gente juntou os dois e ficou um projeto.. Vai ser apresentado, vai ser uma devolutiva àqueles que vieram trazer os projetos tal, vai ter uma devolutiva, pode ter algum ajuste aqui, ali, acolá, mas, em minha opinião, ficou um projeto maravilhoso. Ficou um projeto bonito, um parque que vai fundamentalmente contemplar o verde, sem deixar de ter coisas lá dentro que sejam importantes num parque - equipamentos de idosos, playground, cachorródromo, a coisa de água, uma escadaria que vai servir como anfiteatro, uma área livre. Um espaço para fogueira, que eles queriam colocar lá no meio, mas, nós não aceitamos. Parque não pode ter fogueira. As pessoas trazem as ideias... Na hora, a imaginação voa, mas fogueira dentro do parque não dá. Outra coisa: o parque tem que ser fechado, não pode ser aberto, conforme alguns propuseram lá: uma parte aberta e tal, porque a gente perde o controle de tomar conta do parque. A gente não pode trabalhar com parque aberto, a não ser que seja um parque linear, mas os parques, no geral, eles são fechados e muito bem fechados, porque a quantidade de agressão que tem contra os parques é uma coisa brutal. Tem parque que ficou 30 dias sem



vigilante, porque venceram os contratos no começo do ano, destruíram o parque em 30 dias. O Parque Orlando Villas Boas vai ter que ser refeito. Está sem vigilância porque foi fechado pela Justiça, vai ter que ser refeito porque quebraram tudo, destruíram tudo, roubaram tudo nesse período que o parque está fechado. Então isso vai ser terminado, o projeto vai ser apresentado e a empresa ela tem que fazer... A Prefeitura vai fazer a permuta da área, a empresa tem que fazer o parque, o projeto básico, o projeto executivo. Nós estamos fazendo o preliminar, depois tem o projeto básico, o projeto executivo, não é isso, Robson? E depois vai ter a obra de implantação do parque. Eu não sei exatamente quanto vai custar, mas, os cálculos, por cima, são de R\$ 7 milhões/R\$ 8 milhões. E aí ela tem que fazer um prédio da Prefeitura Regional de Pinheiros, um prédio, o mesmo prédio, para abrigar a CET, a SPTrans, num prédio grande que eles vão construir. Vão construir um CTA, uma creche e vão tomar conta do parque, como adotantes do parque, por dois anos. Essa é a discussão que está na mesa, que o Prefeito colocou e que a empresa, de certa forma, aceitou. Eu repito: as negociações da permuta do terreno, não precisam desconfiar, porque tem a mão do Sílvio Marques, que é uma mão dura do Promotor, do Blat e do Promotor Santin. São três promotores, na falta de um. E a Juíza, que é a Juíza que até hoje está com ... São três ações civis que estão lá com a Juíza, e ela tá está com... Nos autos é que vai ser lavrado o acordo etc e tal. Está caminhando, então, o Parque Augusta. Eu espero, né? Como eu sou o coautor da lei que criou o Parque Augusta e a Célia foi uma... a primeira pessoas, que criou, que levantou essa ideia junto com a Associação. Depois, vieram muitos outros. Todos são bem-vindos, né? Não tem problema, não estamos olhando cor, não estamos olhando sigla, nada disso. Só não gostamos é de maldade, de inveja e de oportunismo. Aí é desagradável. Se a coisa está andando, vamos fazer andar, vamos para frente. Agora ficar jogando pedra para atrapalhar, porque ele fez e eu não fiz.... Nós estamos identificando isso. Quem leu a Folha de ontem, tem uma coluna lá enorme que é bem assim: "aí vai fazer e eu não fiz, então eu vou aqui criticar e tal". Isso a gente acha muito desagradável. Então, o Parque Augusta as informações que eu tenho são essas. Se alguém quiser outra informação ou alguma outra coisa, depois que terminar a



reunião eu me coloco à disposição ou mesmo por e-mail, na Secretaria. Está aberto para todo mundo acompanhar. Por último, eu queria informar a vocês uma angústia profunda que está na minha alma entre outras muitas que eu tenho vivido nesses últimos seis meses e meio que eu aceitei o convite do Prefeito para ser Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, que é o ataque brutal, sistemático, um ataque predatório contra as áreas verdes da cidade. Nós temos informações, como Vereador anterior que, de 2013 a 2016 aconteceram 600 ocupações em áreas livres e áreas verdes de São Paulo, 600, que se consolidaram, que ficaram. Seiscentas não é 60 não, são seiscentas. Bom, quando nós entramos em janeiro, isso vinha acontecendo de uma forma corriqueira e ainda as tentativas estão em curso. Finais de semana são seis, sete, oito tentativas de ocupar aqui, não só área de manancial, que são as áreas mais frágeis e mais atacadas, mas toda a cidade de São Paulo. Isso é em São Mateus, isso é em todo canto. Bom, conversando com o Prefeito, o Coronel José Roberto, Secretário de Segurança Urbana, eu, o Bruno Covas, Secretário de Prefeituras Regionais e também com o Secretário de Habitação, nós formamos uma força-tarefa, não é formalizada, que já impediu ou desfez 157 tentativas de ocupação de janeiro até hoje, 157. Não é pouco, não é? Mas é uma coisa, assim, brutal, brutal, porque você vai, desfaz, passou 10 dias, 15 dias, vai de novo. Quem está fazendo isso? São quatro iniciativas poderosas, no meu ponto de vista. Poderosas. Primeiro as próprias grandes empresas e coisas de incorporação imobiliária. Não todas, algumas. Por exemplo, antes de ontem nós fomos no Butantã, junto com o Coronel, junto com o Prefeito Regional o Paulo Vitor, nós levamos a nossa tropinha do Verde, que é pequena, mas é aguerrida, através dos DGDs, que estão reinstalados, que estão funcionando, que estão agindo, que estão multando. Os DGDs estavam fraquinhos, estavam desestimulados, desestruturados. A gente reorganizou. Há dois dias eu fui em Pinheiros inaugurar a sala do DGD na Prefeitura Regional de Pinheiros. Melhor que a minha sala. Em São Miguel, a sala também é melhor que a nossa sala da Secretaria. São 10 DGDs. Eles são as únicas pessoas de São Paulo que têm o poder da multa ambiental, e a multa ambiental é violenta. Quem toma uma sabe o que é uma multa ambiental. Eu estava falando da incorporadora. Eu vou falar o nome, porque



se você não fala o nome, o desgraçado vai continuar fazendo. Chama São Joaquim. Eu nem conheço quem é a empresa. Tem nome de santo. Eles foram lá numa área do Butantã e estavam destruindo a mata, mata fechada, do lado do Parque Colinas do São Francisco. Eles estavam com uns tubos da grossura dessa mesa canalizando a nascente que é dentro da área de mata, estavam fazendo rua e tal. E aí nós chegamos lá e não acreditamos naquilo. Foi uma denúncia. Fomos lá eu, o Zé Roberto, com a Guarda Ambiental. A Guarda Ambiental tem sido, nota 1000, certo? Aliás, eles têm tropa efetiva, têm arma, porque nessas horas é importante. O cara fica com medo, porque chega tudo com cada pistolão desse tamanho assim. Eles têm ajudado muito. Chegamos lá junto com o Prefeito, com a tropa de desfazimento, máquinas enormes. Demos ordem de parar, embargou tudo. Já tinham feito um estrago razoável. Vamos ver e não têm uma licença, não tem um papel, não tem um pedido. Não tem um pedido dessa incorporadora para fazer aquilo que eles estavam fazendo lá. Agora o Coronel José Roberto arrumou dois drones, então a gente não precisa andar tanto. A gente fica num canto, anda um pouco e o drone olha e as fotos estão todas aqui. Fotos, vídeos, tudo. Não, está configurado. A multa vai ser para lascar. Não prendeu porque nós não sabíamos se tinha ou não a licença. Aí demos 24 horas para apresentar a licença, eles não apresentaram licença nenhuma, então vai ser tudo apreendido, maquinário, tudo. Vai ser tudo levado, mas o estrago já estava feito. Então isso é um dos ataques. É o ataque do poder de cima, que é forte. Segundo ataque: os movimentos populares organizados de moradia. Não aqueles que sentam com o governo e negociam, mas aqueles que vão na marra, entra, faz o pacto consumado. E você sabe que tem, nome, endereço, tudo, certo? Esse é o terceiro, calma, eu estou no segundo ainda. Esses não são crime organizado. Esses são movimentos autênticos de moradia, que partiram para o radicalismo, invadiram, destruíram, quebraram, arrebutaram. Eu fui para Parelheiros, às 6:30 da manhã, um frio danado, o Coronel também, a Guarda, o Prefeito Regional de Parelheiros, o Adailton, com a turma dele, caminhão e tal. Uma área de mata fechada, lindíssima, que pertence à antiga Rede Ferroviária Federal, na beira daquela estrada de ferro que ia para Santos e que está desativada. Uma mata linda. Olha, gente, eu cheguei lá, eu



chorei. Ali é o tipo de invasão, que é o que a gente chama de formiguinha. O sujeito vem pobrezinho, tal, vem expulso da cidade, entra lá, faz um barraquinho embaixo da árvore, ninguém vê, começa a comprar material de construção, levanta um cômodo, levanta dois, levanta três... Lá já devia ter o que, umas 80 casas. Também nós interditamos tudo; onde não tinha gente, infelizmente, vai para o chão. A máquina passa por cima. Onde tem gente dentro não dá para você fazer isso, porque a constituição não permite e também é desumano demais você entrar com criança e tal e fazer uma barbaridade dessas. Precisa dar um destino para aquela pessoa, mas onde não tem gente, como aconteceu segunda-feira. Foi outra, numa mesma Mata Atlântica na beira da Guarapiranga, ali no Parque do Lago. Não, não, Parque do Lago é Guarapiranga, M'Boi Mirim. M'Boi Mirim lá na frente, entra à direita, o Parque do Lago lá no fim, uma mata enorme no cocuruto lá do morro, descendo para represa. O sujeito loteou, o dono, vendeu a R\$100/80 mil. Também já tinha lá várias casas. É uma guerra de gato e rato e eu não posso dizer que nós estamos ganhando a guerra. Nós não estamos perdendo a guerra, mas ganhando nós não estamos. E depois que o estrago é feito, para você recuperar a área, mesmo que você prenda o cara, prenda as máquinas, derrube tudo. A pressão é imensa e a força pública, a Prefeitura ela não tem perna para segurar isso tudo. É preciso haver um debate na sociedade, é preciso haver denúncia, não deixar ficar um mês aquele negócio ali, denunciar imediatamente. Nós temos agido e eu quero fazer um elogio público ao Coronel José Roberto, à Guarda Ambiental, a Guarda Civil, no geral, e também aos Prefeitos Regionais. Nenhum negou fogo. Geralmente eu aciono porque as denúncias chegam muito no nosso e-mail, no whatsapp A própria Guarda anda muito. Mas é uma questão desesperante, desesperante. Em nome da crise, em nome da dificuldade econômica, uns vão de boa fé e outros vão lá destruir, vender. Não tem sido fácil, mas nós retomamos o desfazimento, retomamos a derrubada, retomamos as prisões, retomamos as multas, onde cabe multa, claro, porque que você não vai multar um infeliz que está lá com o casebrezinho. Não dá para multar aquilo ali, mas uma São Joaquim dá para multar e bem multado. Embargar, prender máquina e tudo. Pipoca todo dia, toda semana, final de semana, na cidade inteira esse tipo



de atuação. Queria deixar vocês cientes disso. A gente está fazendo o que está no nosso alcance, mas é uma situação muito preocupante, porque o que tem de mata tem. Já é pouco o que sobrou e ainda a gente tem ataque de todo lado. A sociedade precisa nos ajudar, nos apoiar, falar, denunciar, ir para a imprensa. Eu tenho ido para a imprensa, a imprensa tem dado pouca atenção a isso. Nós ajudamos a fazer uma matéria grande da Folha, que o Eduardo Geraque que fez. A gente tem chamado a imprensa para acompanhar esse desfazimento, para ajudar a reverberar, mas não tem tido muita resposta a respeito disso. Era o que eu queria informar ao Conselho, nesse final de reunião. A Cristina pediu a palavra. Obrigado por ouvir.

Cons. Cristina Antunes - Cristina, SAJAPE. Natalini saiu no jornal também - a gente não acredita em tudo que sai no jornal - mas que o Doria comprou um monte de drones. Não pode existir um programa regular de fiscalização? A gente não poderia conseguir um serviço regular, uma rotina de fiscalização com drones? A gente está fazendo um trabalho lá no bairro com uma coisa de divulgação do parque e o drone é fantástico. Funciona super bem, é barato, a operação é barata e se ele comprou, de repente..

Secretário Gilberto Natalini - Na verdade ele não comprou, ele ganhou. Cinco drones.

Cons. Cristina Antunes - Melhor. Só cinco?

Secretário Gilberto Natalini - Estão sendo usados na medida do possível. São cinco ganhos, foi doação e nós estamos usando. Nós apresentamos ao FEMA, para fazer aquele piloto, são três empresas americanas que têm um projeto de monitoramento de satélite que dá em tempo real a derrubada. Aí a gente numa tela de televisão, com esse projeto, derrubou uma árvore em qualquer canto a gente vai ter indicação. Nós estamos comprando um piloto de R\$ 300 mil reais e é uma coisa revolucionária, é muito mais avançado. Porque ele dá em tempo real e ele mostra assim. É muito superior ao drone. Você vê a cidade inteira. Eu não sei exatamente quanto vai custar, mas pelo que nos disseram o benefício que traz, além da



possibilidade de compartilhar com outras Secretarias. A Secretaria praticamente já está encaminhando a licitação para fazer a compra desse piloto, que nós vamos experimentar. Se funcionar bem, nós vamos ter um instrumento muito preciso de controle.

Cons. Cristina Antunes - Para a gente contar só com denúncia é muito difícil. As pessoas, às vezes, nem sabem o que olhar o que é regular, o que não é regular. Então precisa ter realmente uma coisa mais definitiva.

Secretário Gilberto Natalini - É isso o que nós vamos fazer Cristina. Nós vamos comprar esse equipamento aí de satélite. Quem mais?

Cons. José Edilson - Bom dia a todos, José Edilson, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA. Secretário, o IBAMA também tem responsabilidade sobre a Mata Atlântica, está na lei. Então, eu gostaria de participar dessas operações. Estamos à disposição e é um dever nosso participar. Outra coisa: nós temos lá o Geoprocessamento, a gente usa satélite de última linha para poder estar verificando... Aqui mais em São Paulo, a gente verifica as manchas de óleo no litoral. As pessoas não sabem, tem muitos navios que lançam óleo no mar e ninguém vê, achava que ninguém via. E a gente pega essa posição e espera o navio chegar no porto e aí nós autuamos o navio. Então a gente faz esse acompanhamento. Se eu falar onde o senhor quer fazer a operação, a gente programa passa para o nosso pessoal, faz o levantamento de satélite e a gente vai ter uma informação mais detalhada.

Secretário Gilberto Natalini - O Coronel José Roberto é o Coordenador. Nós elegemos ele para coordenar as ações todas. Nós somos ajudantes dele, e você podia conversar depois com ele, juntar para anexar na base de dados a ajuda do IBAMA, que é fundamental. E nós estamos tentando buscar também a Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Já esteve mais próxima, deu uma saidinha, mas vai voltar, se Deus quiser. A gente está contando com eles, porque eles têm poder de fogo grande.



Cons. José Edilson - A gente tem feito operação com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado também. A gente pode fazer uma operação conjunta. Eu chamo o Secretário e a gente faz junto com eles, tá? Então, fica os três poderes do SISNAMA atuando nessa questão da Mata Atlântica na Cidade de São Paulo.

Cons. Ângela Branco - Ângela Branco, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Guarda Civil Metropolitana. Na verdade, é uma resposta para a Cristina, mas o Secretário Natalini já forneceu que é a questão dos drones. Lembrando que tem uma equipe da Secretaria que foi treinada. Chama equipe Dronepol, como nós chamamos, e ela já inseriu no planejamento, no cronograma de planejamento, as áreas ambientais prioritárias. E aí nós já estamos passando as prioridades, já começamos quarta-feira que vem, já com uma ação, tentando documentar uma área que é frágil, que está sendo monitorada pela guarda há 4 anos, Secretário, e próximo a uma área que vai ter uma desapropriação lá em M'Boi. E já começar a entender a dinâmica da migração da população. Considerando que é uma área que vai ser desapropriada muito próxima dessa área monitorada, nós vamos documentar o status dela antes que ocorra a desapropriação, que está agendada agora para o começo de agosto, para começar a entender essa dinâmica então das pessoas que estão sendo retiradas dessa área, para onde elas estão indo e, ao nosso entender - eu coordeno o Núcleo Técnico de Gestão Ambiental da Secretaria - e, ao nosso entender, essas pessoas, a tendência é migrar justamente para essa área. Então já com uma ação também preventiva. E acompanhar essas pessoas, porque tem um problema sério. Acompanhar o desmatamento, as queimadas, as invasões ela é terrível do ponto de vista institucional. No entanto, quando se chega no local, nós temos pessoas, para quem nós temos que dar resposta. Então é só para informar que essa área está sendo bastante atendida. É uma ferramenta fantástica para a Guarda, realmente se mostrou muito eficiente, está sendo incorporada e certamente vai trazer mais pessoas para trabalhar nessa equipe e ampliar essa equipe. E a outra questão com relação às operações, acho que seria bom, numa futura reunião do CADES, informar como andam as tratativas, da estruturação da operação integrada Defesa das Águas, que está sendo retomada



agora, como o Secretário já mencionou. E nessa operação, quer dizer, ela é integrada, tem que ter as representações do Estado, mas ela já está sendo retomada e a gente já está como grupo executivo. Eu e o Valter Tesch estamos nos empenhando para organizar o grupo executivo da operação. Então, logo, logo teremos boas respostas, está bom?

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Célia Marcondes. Depois está inscrito o Ângelo. Alguém mais vai querer falar? Ok.

Cons. Célia Marcondes - Só para complementar a informação do Secretário sobre esse ataque contra o acordo do Parque Augusta. Exatamente a pessoa que escreveu ontem a matéria na Folha é nada mais, nada menos do que um Secretário que, na gestão passada, autorizou de forma irregular a construção de cinco torres dentro do Parque Augusta via CONPRESP. Portanto nós repudiamos qualquer coisa que venha a falar. Isso não é um jogo de Fla-Flu, nós repudiamos essa briga entre partidos A ou B, a luta é muito maior que isso, é uma luta que brota da sociedade civil e é administrada pelo Ministério Público, portanto, transparente. E jamais haverá qualquer problema, mesmo porque o processo ainda está sendo feito. A Prefeitura está fazendo as medidas, a quantia que será dada desse terreno da Subprefeitura ou da Regional de Pinheiros com o terreno da Augusta, portanto o processo ainda está sendo feito e as pedradas já vêm do lado de lá porque o descontentamento, a inveja e a traição é enorme. Portanto, desconsiderem isso e em breve nós faremos um evento, apresentando exatamente tudo o que foi feito, com transparência absoluta esse processo. Obrigada.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Ângelo Iervolino.

Cons. Ângelo Iervolino - Ângelo, da SAL. Secretário, esses dias eu tenho acompanhado o Diário Oficial, teve umas publicações que me deixou preocupado. A questão de Vereadores ter pedido, aprovado, de criação de novos parques. Essa criação de novos parques vem já com a verba para a criação? Porque a gente sabe que hoje, pela quantidade de parques já criada, a Secretaria está tendo dificuldade de mantê-los. Aí o Vereador vai e pede a criação



do Parque não sei que lá e numa região onde tem muitos parques. Recentemente na nossa região foi aprovada a criação do Parque da Juta e, se não me engano, o Parque Santa Adélia. Uma da vereadora Juliana Cardoso e outro do Gilson Barreto. Então me deixou preocupado, porque já ter trabalhado na casa, hoje, pelo meu trabalho, eu tenho contato direto, e mesmo meu trabalho do (ininteligível) ...me deixou preocupado. Mais pepino para a Secretaria do Verde? Nós estamos com um pepino lá do Parque da Conquista que, desde a gestão passada... da questão de invasão.. até hoje não foi resolvido, o pessoal continua dentro do parque, não foi resolvido a questão do perímetro, quem cedeu a área ainda não deu a planta oficial (inaudível). Então me deixou preocupado. Queria perguntar para o Ivan. Ivan, nós vamos ter tempo de sugestão para a próxima.. Tá Ok.

Secretário Gilberto Natalini - O parque foi ampliado, mas não tem nenhuma verba que vem junto, viu mestre? A verba orçamentária do Verde, eu fiz as contas, é 0,27% do orçamento do Município. Então aplauda quem sorri trazendo lágrima no olhar. Era 0,3, houve contingenciamento de 25% e nós estamos trabalhando com 0,27% que é uma verba absolutamente insuficiente para tocar as coisas do dia a dia da Secretaria. Por exemplo, quinta-feira, amanhã, vai ter mutirão no Carmo, sábado vai ter um mutirão. Já fizemos 104 mutirões em parques para segurar os parques abertos. Sessenta e seis parques já foram objeto de mutirão. Estamos fazendo como Deus nos ajuda a fazer, e o povo, que está nos ajudando. Além disso, ainda tem um problema sério com as nossas licitações. São 14 licitações que nós entramos, com dinheiro bem reduzido àquilo que deveria ser, vamos dizer que foi uma metade que nós conseguimos de liberação. Fizemos a licitação de manejo e zeladoria dos parques, mudando as Atas de Registro de Preço, que eram da gestão anterior, para as licitações. Para vocês terem uma ideia, o Parque do Carmo, que pelas Atas de Registro de Preço seriam R\$ 8 milhões e pelas licitações que nós fizemos ficou em três milhões e novecentos. O Ibirapuera seria R\$ 10,5 milhões se fosse pela Ata de Registro de Preço; serão R\$ 5,5 milhões pelas licitações, sem perda de serviços, mantendo e, às vezes, até melhorando os serviços.



Cons. Ângelo Iervolino - A gente fica preocupado e não tem jeito. Antes de ser aprovado, tem um parecer da Secretaria falando se é viável ou não viável a criação de novos parques. Porque é fácil, né, assinar.

Secretário Gilberto Natalini - A Secretaria não faz relatórios sobre a questão financeira. A Secretaria faz relatórios sobre a viabilidade técnica dos parques. O problema financeiro fica a cargo da Secretaria da Fazenda. E aí foi aprovado. Vamos ver como é que a gente faz. A gente também não pode ficar reclamando de criar mais parques porque nós precisamos.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Passamos agora para o quinto ponto da ordem do dia: sugestões para pauta da próxima reunião. Iervolino, Célia, mais alguém?

Cons. Ângelo Iervolino - Novamente Ângelo, da SAL. Vou ser bem sucinto. Na última estada aqui, porque depois, infelizmente, eu tive um problema de saúde, eu tinha deixado duas questões. Uma era a respeito da Lei 13.646, no qual fala do plantio de exóticas na cidade. Isso foi motivado pelo plantio de cerejeira em alguns lugares. E a outra questão que também naquela época eu levantei, e pela palavra do Senhor está difícil, apesar que o compromisso foi do outro Secretário, o dinheiro na última ou penúltima reunião do Ravena, ele falou que pegou emprestado do FEMA e depois iria devolver, acho que em torno de uns R\$ 12 milhões, né? E outra questão, Secretário, eu não sei em que pé anda a questão da verba que na gestão passada nós conseguimos pré-aprovar lá no FMSAI, que seria de R\$ 4,3 milhões, que seria de uso exclusivo lá no Parque Natural do Cabeceiras do Aricanduva. Eu vi que depois entraram com pedido de R\$ 30 milhões e eu não sei se o Cabeceiras estaria nesse meio, mas, mesmo assim, teve problemas. E o pessoal está preocupado, né? Tem de fazer alguma coisa. Inclusive, eu fui chamado pelo Promotor Público do Meio Ambiente, porque um tempo atrás a sociedade civil da Região Leste entraram com uma petição pedindo informações, e o Ministério Público está me chamando para nos informar ou querendo mais informações. Inclusive, o próprio Ravena falou que o Promotor tinha até... ele iria indicar o local onde ele poderia conseguir verba, né, mas pelo jeito não conseguiu. Obrigado e uma boa semana para todos.



Edson Bueno (Secretário Executivo) – Conselheira Célia.

Cons. Célia Marcondes - Célia, da ECÓLEO. Nós gostaríamos de apresentar um aplicativo para celular e monitoramento da arborização do bairro. Nós conseguimos fazer um trabalho brilhante. Estou com dois biólogos estudando cada árvore do nosso bairro - a idade, as condições fitossanitárias, a cova da árvore, uma foto onde é que ela está. E qualquer pessoa que passa e pode olhar o aplicativo e... isto é uma tipuana, tem mais ou menos 100 anos, está em tais condições ou até inserindo informações para a gente. Esse aplicativo está montado, é fantástico e o custo é mínimo. E a gente já está fazendo esse trabalho com esses biólogos, que são da USP, e o trabalho é brilhante, acho que ele precisa ser conhecido por todos. Nessas condições, eu também peço para que eles mostrem locais de potencial plantio, porque nós queremos fazer transformar a Rua da Consolação numa Alameda da Consolação, assim como a Augusta, a 9 de Julho, a gente quer plantar de ponta a ponta, em especial na área central, que não tem, e a Brigadeiro Luís Antônio. Então esse aplicativo traz todas essas informações, para que a gente faça o plantio juntos. E nós doamos ele para a Secretaria, se considerarem. Obrigado.

Edson Bueno (Secretário Executivo) - Ok. Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes - Cristina, SAJAPE. O Ivan, Natalini, veio me pedir umas informações sobre aquele dinheiro do Metrô que nunca apareceu. Eu já pus várias vezes em pauta, eu não vou colocar mais. Talvez na semana que vem eu tenha alguma informação, porque eu tenho reunião com Diretor do Metrô lá das linhas do nosso pedaço. Se tiver, eu peço na reunião. Eu acho que é melhor não pedir agora, porque eu não tenho certeza, mas na próxima reunião talvez eu precise de um tempo para isso.

Edson Bueno (Secretário Executivo) – Eu passo a palavra para o Presidente encerrar a nossa reunião de hoje.

Secretário Gilberto Natalini - Obrigado a todos, a todas. Cumprimos a pauta, acho que foi muito rica a reunião, muito positiva, muito interessante. Agradeço a



presença de cada um e dou por encerrada a reunião do CADES. A próxima reunião está prevista para o dia 16 de agosto, 9:30h, neste mesmo local. Muito obrigado e um bom dia a todos.

GILBERTO NATALINI

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO AZZONI
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA
ANGELA MARIA BRANCO
ANGELO IERVOLINO
CÉLIA MARCONDES
CRISTINA ANTUNES
CRISTINA KIRSNER
EDUARDO STOROPOLI
EVERTON SIMON ZADIKIAN
LÚCIO FLEURY DE OLIVEIRA BICHARRA
GEORGE DOI
GUILHERME LEVY GARISIO SARTORI

JOÃO HENRIQUE STOROPOLI
JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS
LUCILENE A. ESPERANTE LIMP
LYGIA CECILIA CUNHA
ROBSON MAIDA PROFENZANO
ROSA RAMOS
ROSÉLIA MIKIE IKEDA
ROSE MARIE INOJOÇA
SOLANGE SILVA MAIA JACOBINI
SUELI RODRIGUES
THIAGO BIDA BRIANTI
WALTER PIRES

CONSELHEIRA SUPLENTE PRESENTE:

CRISTIANE LIMA CORTEZ

CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:

ANTONIO VELLOSO CARNEIRO / FÁBIO RIVA / MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

ÉDSON BUENO